

TROCA

O CASO DO COMÉRCIO JUSTO

Pedro Navarro

Por décadas, o mundo tem lutado com um labirinto mutável de tarifas punitivas, subsídios à exportação, cotas, moedas bloqueadas pelo dólar e coisas do tipo. Muitos desses dispositivos que inibem importações e encorajam exportações têm sido empregados há muito tempo por grandes países exportadores que tentam acumular superávits [comerciais] cada vez maiores.

Warren Buett, CEO, Berkshire Hathaway¹

O governo chinês está implementando uma estratégia industrial abrangente e de longo prazo para garantir seu domínio global... O objetivo final de Pequim é que as empresas nacionais substituam as empresas estrangeiras como designers e fabricantes de tecnologias e produtos essenciais, primeiro no país e depois no exterior.

Comissão de Revisão Económica e de Segurança EUA-China²

Os Estados Unidos da América são a superpotência dominante do mundo e continuam sendo o arsenal mundial de democracia. Para manter esse posicionamento global — e, assim, proteger melhor a pátria e nossas próprias instituições democráticas — é fundamental que os Estados Unidos fortaleçam sua base industrial de fabricação e defesa ao mesmo tempo em que aumentam a confiabilidade e a resiliência de sua dispersão global.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

cadeias de suprimentos. Isso necessariamente exigirá a terceirização de uma parcela significativa da produção atualmente terceirizada por corporações multinacionais americanas.

A política comercial pode e deve desempenhar um papel essencial em uma renascença da base industrial de defesa e manufatura americana. No entanto, vários desafios importantes no ambiente de comércio internacional estão empurrando a América na direção oposta.

O primeiro desafio está enraizado na MFN: a regra da "nação mais favorecida" da Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com a regra da MFN, os membros da OMC devem aplicar as tarifas mais baixas que aplicam aos produtos de qualquer país aos produtos de todos os outros países.³ No entanto, os membros da OMC podem cobrar tarifas mais altas se aplicarem essas tarifas não recíprocas a todos os países.

O resultado prático tem sido a exploração sistemática de fazendeiros, pecuaristas, fabricantes e trabalhadores americanos por meio de tarifas mais altas institucionalizadas pela MFN. Por sua vez, esse comércio injusto e não recíproco resultou em déficits comerciais crônicos dos EUA com grande parte do resto do mundo. Esse desequilíbrio comercial sistêmico serve como freio e rédea tanto para o crescimento do PIB quanto para os salários reais na economia americana, enquanto sobrecarrega os EUA com uma dívida externa significativa.

O segundo desafio é parte da ameaça existencial mais ampla representada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) em sua busca por domínio global. Esse desafio está enraizado na agressão econômica contínua do PCC, que começa com ferramentas de política comercial mercantilistas e protecionistas, como tarifas, barreiras nontari, dumping, falsificação e pirataria, e manipulação de moeda. No entanto, a agressão econômica da China comunista também se estende a um conjunto intrincado de políticas industriais e políticas de transferência de tecnologia que forçam que distorceram dramaticamente a arena do comércio internacional.

Tanto o comércio injusto, desequilibrado e não recíproco institucionalizado pela OMC quanto a agressão econômica da China comunista estão enfraquecendo a base industrial de manufatura e defesa dos Estados Unidos, mesmo que a fragilidade das cadeias de suprimentos globalmente dispersas tenha sido acentuada pela pandemia da COVID-19 com seus bloqueios e outras interrupções associados e pela invasão russa da Ucrânia. O revanchismo russo, em particular, demonstrou mais uma vez como os maus atores no cenário mundial podem usar a política comercial (por exemplo, restrições à exportação de gás natural) como uma arma de guerra.

ESTABELECENDO O PREDICADO DO DÉFICIT COMERCIAL

O grande treinador de futebol americano Bill Parcells disse uma vez: "Você é o que seu histórico diz que você é". O histórico comercial dos Estados Unidos — especificamente o déficit comercial crônico e em constante expansão dos Estados Unidos — diz que os Estados Unidos são os maiores perdedores comerciais do mundo e vítimas de um comércio injusto, desequilibrado e não recíproco.

Durante o primeiro ano da Administração Biden, o déficit comercial global dos EUA, incluindo bens e serviços, aumentou 29 por cento, de 654 mil milhões de dólares em 2020 para 845 mil milhões de dólares em 2021.⁴ No mesmo período, as importações de bens de consumo,

Projeto de Transição Presidencial 2025

TABELA 1

Défice comercial dos EUA em bens e serviços com os principais parceiros comerciais

NÚMEROS DO AF 2022 PARA ÁREAS SELECIONADAS, EM BILHÕES DE DÓLARES

País	Défi cit	País	Défi cit
China comunista	-338,1	Coréia do Sul	-35,6
União Europeia	-192,6	Tailândia	-36,6
México	-108,2	Índia	-33,8
Vietnã	-99,8	Malásia	-30,9
Canadá	-72,4	Suíça	-19,0
Japão	-55,0	Indonésia	-21,1
Irlanda	-54,6	Total	-1.138,0
Taiwan	-41,1		

FONTE: Anexo 14, "Comércio de bens dos EUA por países e áreas selecionados: 2022", no comunicado à imprensa, "Relatório mensal dos EUA Comércio internacional de bens e serviços, outubro de 2022", Departamento de Comércio dos EUA, US Census Bureau, 6 de dezembro de 2022, https://www.census.gov/foreign-trade/Press-Release/ft900/ft900_2210.pdf (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

bens de capital e a categoria de alimentos, rações e bebidas foram os mais altos já registrados, e as importações de suprimentos e materiais industriais foram as mais altas desde 2014.

Quanto ao déficit comercial de bens dos EUA, que mede principalmente a produção industrial, a Tabela 1 cataloga esse déficit para os 13 principais países, além da União Europeia (UE), no ano fiscal (AF) de 2022. Observe que o déficit comercial de bens com a China comunista é de longe o maior: ele representa um terço desse déficit e é mais que o dobro do tamanho do déficit com a UE.

Essas estatísticas de déficit comercial medem implicitamente as grandes quantidades da base industrial de defesa e manufatura dos Estados Unidos e cadeias de suprimentos que foram deslocadas para terras estrangeiras. Tal oshoring não apenas suprime os salários reais dos trabalhadores braçais americanos e nega a milhões de americanos a oportunidade de subir os degraus da escada para a classe média, mas também levanta o espectro de uma base industrial de defesa e manufatura que, diferentemente de nossa experiência nas Guerras Mundiais I e II, não será capaz de fornecer as armas e o material que seriam necessários caso os Estados Unidos entrassem em outra grande guerra mundial ou buscassem ajudar um grande aliado como Europa, Japão ou Taiwan. É sensato lembrar a advertência de Stalin de que "quantidade

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

tem uma qualidade própria.” Na Segunda Guerra Mundial em particular, não foram apenas os bravos soldados, marinheiros e pilotos que derrotaram os nazistas e o Japão Imperial. Foram as fábricas americanas — seu “arsenal da democracia” — que subjugarão as forças do Eixo.

Na esteira da pandemia da COVID-19, quase certamente gerada em um laboratório de armas biológicas do PCC em Wuhan, China,⁵ as cadeias de suprimentos globais têm sofrido pressões significativas de políticas de bloqueio, choques nos preços de energia e outras interrupções, incluindo interrupções no mercado de trabalho. No auge da pandemia, o crescente risco geopolítico associado às cadeias de suprimentos globalizadas foi ressaltado quando a China comunista, que controla grande parte da produção farmacêutica e das cadeias de suprimentos do mundo, ameaçou mergulhar a América “em um poderoso mar de coronavírus” por meio de controles de exportação farmacêutica⁶ se os políticos americanos ousassem investigar o que aconteceu no laboratório de Wuhan.

Some tudo isso e a situação comercial dos Estados Unidos e os enormes desequilíbrios comerciais representam não apenas uma grave ameaça à segurança econômica, mas também uma ameaça à segurança nacional. Tal como o Presidente Donald Trump indicou ao anunciar a sua Estratégia de Segurança Nacional de 2017, “a segurança econômica é a segurança nacional”.⁷

DESAFIO Nº 1: INJUSTO E NÃO RECÍPROCO

O COMÉRCIO É INSTITUCIONALIZADO NAS REGRAS DA OMC

Esta noite, também peço que vocês aprove a Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos, para que, se outro país aplicar uma tarifa injusta a um produto americano, possamos cobrar exatamente a mesma tarifa sobre o mesmo produto que ele nos vender.

Presidente Donald J. Trump, Discurso do Estado da União de 2019

A Organização Mundial do Comércio, com seus 164 membros, governa as regras do comércio internacional. Sob sua regra da nação mais favorecida (NMF), cada membro da OMC deve aplicar as tarifas mais baixas que aplica aos produtos de qualquer país aos produtos de todos os outros países da OMC. É importante ressaltar que nada na regra da NMF exige que um membro da OMC forneça tarifas iguais — isto é, recíprocas ou espelhadas — aos seus parceiros comerciais. Em vez disso, sob a NMF, os membros da OMC podem cobrar tarifas sistematicamente mais altas de outros países na medida negociada em suas tabelas de tarifas da OMC, desde que apliquem essas mesmas tarifas mais altas a todos os países.

Como exemplo do tipo de tarifas não recíprocas que os fabricantes americanos frequentemente enfrentam, a tarifa MFN para automóveis aplicada pelos EUA é de apenas 2,5%. Em contraste, a UE cobra 10 por cento, a China comunista 15 por cento e o Brasil 35 por cento. Da mesma forma, enquanto os EUA aplicam uma taxa tari MFN de 6,2 por cento sobre o arroz que compra da Malásia, a Malásia aplica uma tarifa ad-valorem equivalente de 40 por cento sobre o arroz dos EUA. Enquanto isso, os produtores de leite europeus são protegidos

TABELA 2

Tarifas não recíprocas sob a regra da “nação mais favorecida”

Amostra de 132 países	Estrangeiro Parceiro se aplica Tari mais alto	EUA aplicam tarifas mais altas	EUA e parceiros estrangeiros aplicam a mesma tarifa
Número de linhas de produtos HS6	467.015	141.736	87.319
Porcentagem de linhas de produtos HS6	67%	20%	13%
Tari Diferencial	12,3%	8,7%	0,0%

NOTA: HS6—Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias.

FONTE: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, “Sistema de Informação de Análise Comercial”, [https://databank.worldbank.org/source/unctad-%5E-trade-analysis-information-system-\(trains\)](https://databank.worldbank.org/source/unctad-%5E-trade-analysis-information-system-(trains)) (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

por uma tarifa de 67 por cento, enquanto os produtores de leite americanos beneficiam apenas de uma tarifa de 15 por cento sobre as importações estrangeiras.⁹

Da perspectiva da teoria dos jogos estratégicos, a regra MFN da OMC fornece pouco ou nenhum incentivo para que países com tarifas mais altas reduzam suas tarifas. Em vez disso, sob essas condições, a estratégia dominante de qualquer país com tarifas relativamente altas é simplesmente manter essas tarifas altas enquanto pega carona com os países com tarifas mais baixas.

Os EUA são desproporcionalmente prejudicados pelo regime tarifário não recíproco da OMC. Os países mais prejudicados pelo regime tarifário não recíproco da OMC são aqueles como os Estados Unidos que cobram as tarifas mais baixas em média. Este ponto é ilustrado na Tabela 2, que relata informações sobre tarifas não recíprocas que são aplicadas sob a regra MFN em linhas de produtos no nível de seis dígitos do Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias (HS6).¹⁰

A Tabela 2 apresenta resultados para uma ampla amostra de 132 países que respondem por mais de 60% do comércio total dos EUA e 98% do comércio dos EUA que não é coberto por acordos de livre comércio (FTAs). Dentro dessa ampla amostra de 132 países, os exportadores dos EUA enfrentam tarifas mais altas em 467.015 casos diferentes, em comparação com 141.736 casos nos quais os EUA cobram tarifas não recíprocas mais altas. Em outras palavras, os exportadores dos EUA enfrentam tarifas mais altas com mais de três vezes mais frequência do que os EUA aplicam tarifas mais altas.

Além disso, quando os exportadores americanos enfrentam tarifas mais altas, as tarifas não recíprocas são tipicamente muito mais altas. Como a linha 4 da Tabela 2 indica, nos 467.015 casos em que os parceiros estrangeiros cobram tarifas mais altas, a taxa média aplicada pelos parceiros estrangeiros é 12,3 pontos percentuais acima da taxa aplicada pelos EUA. Em contraste,

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

nos 141.736 casos em que os EUA cobram a tarifa mais alta, a taxa média aplicada pelos EUA é apenas 8,7 pontos percentuais maior do que a tarifa média aplicada pelo parceiro estrangeiro.

Separadamente, a China comunista cobra tarifas mais altas sobre 10 produtos para cada produto chinês sujeito a uma tarifa mais alta aplicada pelos EUA. 11 A proporção da Índia é ainda maior, de 13 para um. Além disso, tanto a China comunista quanto a Índia também apresentam barreiras nontari significativas. Coletivamente, essas tarifas não recíprocas mais altas na China comunista e na Índia impedem os exportadores americanos de vender produtos a preços competitivos para mais de um terço da população mundial.

Impactos do déficit comercial do US Reciprocal Trade Act. Sob as leis e regulamentações atuais dos Estados Unidos, um presidente americano tem capacidade limitada de lutar contra as tarifas MFN mais altas que agora estão sendo cobradas de trabalhadores, fazendeiros, pecuaristas e fabricantes americanos. Consequentemente, por trás do escudo protetor MFN da OMC, os parceiros comerciais aproveitadores dos Estados Unidos têm pouco ou nenhum incentivo para vir à mesa de negociações para negociar tarifas mais baixas.

Para lidar com esse impasse de não reciprocidade, o presidente Trump instou o Congresso em seu discurso do Estado da União de 2019 a aprovar o United States Reciprocal Trade Act (USRTA).¹² Sob o USRTA, o presidente teria autoridade para trazer qualquer parceiro comercial americano que esteja atualmente aplicando tarifas não recíprocas mais altas para a mesa de negociações. Se esse parceiro comercial se recusasse a reduzir as tarifas para os níveis dos EUA, o presidente teria autoridade para aumentar as tarifas dos EUA para igualar ou "espelhar" as tarifas do parceiro estrangeiro.

A USRTA foi introduzida em 24 de janeiro de 2019 pelo então representante Sean Duy (R-WI). No mês seguinte, uma pesquisa Harvard-Harris com 1.792 eleitores registrados descobriu que 80% dos entrevistados apoiavam a USRTA.¹³ Como o representante Duy observou na época, o propósito de conceder essas autoridades ao presidente não era aumentar as tarifas. Em vez disso, era dar ao presidente, trabalhando em estreita consulta com o Congresso, uma ferramenta sofisticada e direcionada que ele pudesse usar para forçar outros países a reduzir suas tarifas e barreiras nontari.¹⁴

Após a introdução da USRTA, o Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca (que o autor dirigiu) realizou simulações para estimar o impacto que a implementação da USRTA poderia ter no déficit comercial geral dos EUA em bens e nos grandes déficits comerciais bilaterais que os EUA têm com muitos de seus principais parceiros comerciais. A amostra consistiu dos mesmos 132 parceiros comerciais usados na Tabela 2 acima.¹⁵ Os resultados ressaltam o comércio não recíproco injusto e desequilibrado que os EUA são forçados a aceitar sob as regras MFN da OMC.

Dois Cenários. O Cenário Um na Tabela 3 assume que nossos parceiros comerciais reduzem suas taxas tarifárias aplicadas em produtos específicos para níveis dos EUA em casos em que suas tarifas aplicadas são mais altas. O Cenário Dois assume que nossos parceiros comerciais se recusam a reduzir suas taxas tarifárias para corresponder às dos EUA. Em vez disso, para manter o princípio da reciprocidade, os EUA aumentam suas tarifas para níveis espelhados. Para

TABELA 3

Reduções do Déficit Comercial em Cenários Alternativos da USRTA

Métrica	REDUÇÃO DO DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA COM O MUNDO	
	Cenário Um: Países parceiros correspondem à taxa tarifária dos EUA	Cenário dois: Tarifas de Parceiros de Partidas dos EUA
Em bilhões de dólares	\$ 58,3	\$ 63,6
Como porcentagem do déficit de 2018	9,4%	10,2%

NOTA: USRTA — Lei de Comércio Recíproco dos EUA.

FONTE: Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos: Estimativa de Déficit de Emprego e Comércio*, maio de 2029, p. 18, https://www.wsj.com/public/resources/documents/RTARreport.pdf?mod=article_inline (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

calcular as reduções do déficit comercial sob o Cenário Um e Cenário Dois, a análise se baseou no simulador de tarifas SMART do Banco Mundial. A Tabela 3 fornece os resultados da simulação.

No Cenário Um, se todos os 132 países reduzissem suas tarifas não recíprocas mais altas para os níveis dos EUA, o déficit comercial geral dos EUA em bens seria reduzido em US \$ 58,3 bilhões, ou cerca de 9,4% desse déficit. Em contraste, no Cenário Dois, se esses países se recusassem a retribuir e os EUA aumentassem suas tarifas para espelhar os níveis desses países, a redução no déficit comercial dos EUA seria ligeiramente maior: uma estimativa de US\$ 63,6 bilhões, ou 10,2% do déficit. Isso sugere que a implementação do USRTA ajudaria a criar entre 350.000 e 380.000 empregos.

A redução ligeiramente maior no déficit comercial no Cenário Dois como resultado dos EUA aumentarem suas tarifas para espelhar as de seus parceiros, em oposição a países estrangeiros reduzindo suas tarifas para os níveis dos EUA, pode parecer surpreendente para aqueles que estão imersos no dogma ricardiano e nas lições de livro didático de livre comércio. No entanto, esse resultado fala sobre o fato de que muitos dos parceiros comerciais dos EUA estão aplicando tarifas significativamente mais altas a milhares de produtos americanos.

Impactos estimados nos principais déficits comerciais bilaterais dos EUA. Se a USRTA fosse promulgada, um presidente provavelmente teria que priorizar com quais países ele deveria negociar primeiro. Uma maneira de criar essa lista de prioridades seria escolher os países que têm déficits comerciais relativamente grandes com os EUA e aplicam tarifas relativamente altas. Isso é ilustrado na Figura 1, que mapeia os déficits comerciais bilaterais

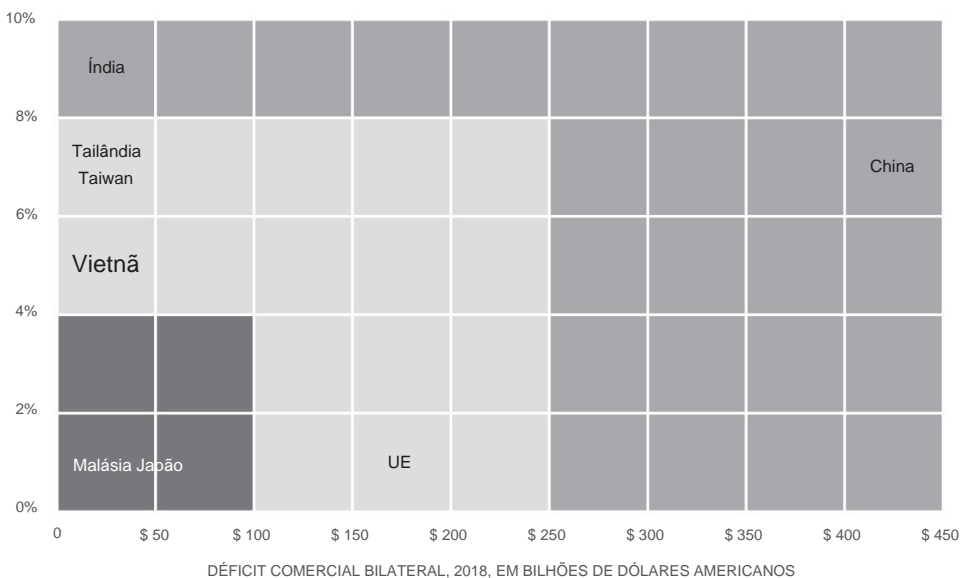
Mandato para a liderança: a promessa conservadora

FIGURA 1

Mapeamento de déficits comerciais bilaterais em relação às diferenças tarifárias

- ☑ Maior déficit comercial bilateral e/ou maior diferencial tarifário
- ☑ Segundo maior déficit comercial bilateral e/ou segunda maior diferença tarifária bilateral
- ☑ Menor déficit comercial bilateral e/ou menor diferencial tarifário

DIFERENCIAL MÉDIO DA NAÇÃO MAIS LIVRE, MÉDIA SIMPLES



FONTE: Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *The United States Reciprocal Trade Act: Estimated Job & Trade Deficit Effects*, maio de 2019, p. 20, https://www.wsj.com/public/resources/documents/RTAReport.pdf?mod=article_inline (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

contra as diferenças tarifárias para oito grandes parceiros comerciais dos EUA, que respondem por 47,6% do comércio total dos EUA e 88,6% do déficit comercial de bens dos EUA.

A Figura 1 mostra que a lista de prioridades da USRTA incluiria os países em vermelho — China comunista e Índia — juntamente com parceiros comerciais na zona amarela. Esta zona amarela inclui a União Europeia, que apresenta um défyce muito elevado, juntamente com a Tailândia, Taiwan e o Vietname, que apresentam tarifas particularmente elevadas diferenciais.

O Quadro 4 estima a melhoria do défyce comercial dos EUA no Cenário Um, em que os países parceiros igualam a taxa tarifária dos EUA sob pressão de

TABELA 4

Reduções do Déficit Comercial para Países Alvo

País	CENÁRIO UM: PAÍSES PARCEIROS IGUALAM TAXAS DE TARIFA DOS EUA		CENÁRIO DOIS: TARIFAS DE PARCEIROS DOS EUA	
	Projetado Mudança em Comércio bilateral Equilíbrio (\$ Bilhões)	Bilateral Déficit Redução como Participação de Bilateral 2018 Déficit	Projetado Mudança em Comércio bilateral Equilíbrio (\$ Bilhões)	Bilateral Déficit Redução como Participação de Bilateral 2018 Déficit
Índia	5.0	24%	18,7	88%
Taiwan	1.0	6%	9.2	59%
Vietnã	0,7	2%	17.2	44%
Tailândia	3.2	17%	6.4	34%
China comunista	18,5	4%	70,6	17%
União Europeia	8.0	5%	25.3	15%
Total	35,4	4%	45,6	5%

FONTE: Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos: Estimativa de Déficit de Emprego e Comércio*, maio de 2029, p. 21, https://www.wsj.com/public/resources/documents/RTARreport.pdf?mod=article_inline (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

o presidente americano, e então sob o Cenário Dois, no qual os EUA igualam as tarifas de parceiros que se recusam a reduzir suas tarifas. As colunas 2 e 4 na Tabela 4, quando o USRTA é aplicado primeiro à China comunista e então à UE, mostram as maiores reduções absolutas em dólares nos déficits comerciais bilaterais. Isso resulta em reduções bilaterais de déficit no Cenário Um de US\$ 18,5 bilhões para a China e US\$ 8,0 bilhões para a UE. No Cenário Dois, os impactos para a China comunista e a UE são substancialmente maiores: US\$ 70,6 bilhões e US\$ 25,3 bilhões, respectivamente.

Note ainda que as maiores reduções relativas em dólares em termos percentuais vêm da aplicação do USRTA primeiro à Índia e depois a Taiwan e ao Vietnã. Por exemplo, se a Índia reduzisse suas tarifas para os níveis dos EUA, como no Cenário Um, isso reduziria o déficit comercial bilateral com a Índia em 24%. Se os EUA aumentassem suas tarifas para espelhar os níveis da Índia, o resultado seria um muito mais dramático 88%.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

TABELA

Categorias

Políticas Agresivas	Administrativo	Supervisão	Processos	Estimular	Garantir	Controlar	Preservar	Definir	Definir
Proteger o Mercado									
Participação									
Controlar Recursos									
Dominar Indústrias									
Tecnologias e Outros									
Capturar Emergentes									

Projeto de Transição Presidencial 2025

3ABELLA

■ Categorias

Políticas Agressivas	Indústria	Indústrias Tradicionais	Indústrias Avançadas	Indústria	Indústrias Tradicionais	Indústrias Avançadas	Indústria	Indústrias Tradicionais	Indústrias Avançadas
Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar	Controlar
Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro	Seguro
Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo	Núcleo
Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos	Recursos
Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente	Globalmente
Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados	Mercados
Participação	Participação	Participação	Participação	Participação	Participação	Participação	Participação	Participação	Participação
Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger	Proteger
Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência	Concorrência
Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade
Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas
Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio	Comércio
Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação	Pratificação
Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação	Reputação
Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação	Eliminação
Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo	Estímulo
Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação	Regulação
Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação	Atenuação
Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Desenvolvimento

Projeto de Transição Presidencial 2025

TABELA

Categorias

<p> Capturar Emergentes Tecnologias Indústrias Desenvolvimento Avanços </p>	<p> Indústria </p>	%	%	%	%
<p> Dominar Tradicionais Indústrias Fabricação </p>	<p> Tecnologias Outros </p>	%	%	%	%
<p> Controlar Seguro Núcleo Recursos Globalmente </p>	<p> Domínio Indústrias Fabricação </p>	%	%	%	%
<p> Proteger Mercado Concorrência </p>	<p> Mercados Participação </p>	%	%	%	%
<p> Ativas Agressivo Organizar Estratégias Reestruturação </p>	<p> Pesquisa Desenvolvimento Localização </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%
<p> Regulatório Regulamentação </p>	<p> Regulatório Regulamentação </p>	%	%	%	%

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

TABELA

Categorias

Categorias	Indústria	Tecnologias Outros	Indústrias Tradicional Fabricação	Globalmente Recursos Seguro Núcleo	Mercados	Mercado Concorrência
Indústrias	%	%	%	%	%	%
Tecnologias	%	%	%	%	%	%
Indústrias Tradicional Fabricação	%	%	%	%	%	%
Globalmente Recursos Seguro Núcleo	%	%	%	%	%	%
Mercados	%	%	%	%	%	%
Mercado Concorrência	%	%	%	%	%	%

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

redução no déficit comercial bilateral dos EUA com a Índia. Da mesma forma, se Taiwan reduzisse suas tarifas para os níveis dos EUA, o tamanho do déficit comercial bilateral dos EUA com Taiwan cairia em 6%. Se os EUA impusessem uma tarifa espelho, seu déficit comercial bilateral com Taiwan cairia em 59%.

Esses resultados ressaltam novamente o alto grau de comércio injusto, desequilibrado e não recíproco que existe atualmente entre os EUA e grande parte do resto do mundo, o que penaliza fazendeiros, pecuaristas, fabricantes e trabalhadores americanos por causa do enigma OMC-MFN. Essas simulações também demonstram que a implementação do USRTA provavelmente reduziria substancialmente o déficit comercial dos EUA, ao mesmo tempo em que criaria centenas de milhares de novos empregos. Apesar desses benefícios, no entanto, os EUA ainda enfrentariam um déficit comercial geral substancial e déficits comerciais bilaterais substanciais com muitos de seus principais parceiros comerciais.

Por que isso pode ser assim? Porque, sob as regras da OMC, a América ainda enfrenta inúmeras barreiras nontari não recíprocas ao redor do mundo. Por exemplo, um dos maiores parceiros comerciais da América, o Japão, tem um superávit comercial bilateral significativo em bens com os EUA — mais de US\$ 70 bilhões por ano. Embora o Japão tenha tarifas relativamente baixas, ele está em alta na escala de barreiras nontari. Em tais casos, que são numerosos, a aprovação do USRTA provavelmente também seria muito útil para reduzir as barreiras nontari.

Isso ocorre porque, sob os poderes fornecidos pela USRTA, se um país estrangeiro impuser barreiras nontari significativamente maiores, o Presidente tem autoridade para “negociar e tentar entrar em um acordo” que “comprometa o país a... eliminar [as suas] barreiras nontari”.¹⁶ Se o país se recusar a sentar-se à mesa de negociações e a baixar as suas barreiras nontari, o Presidente tem autoridade para impor direitos recíprocos para eliminar ou espelhar essas barreiras.

Em resumo, a aprovação do USRTA contribuiria muito para nivelar o campo de jogo para agricultores, pecuaristas, fabricantes e trabalhadores americanos, que agora são forçados a competir em um sistema OMC-MFN intrinsecamente injusto, desequilibrado e não recíproco .

Nem a USRTA é necessariamente a única maneira legislativa possível de abordar essa questão. Em 2017, o então presidente da Câmara Paul Ryan (R-WI) e o então presidente do Comitê de Meios e Recursos da Câmara Kevin Brady (R-TX) propuseram um “ imposto de ajuste de fronteira”. O ajuste de fronteira proposto teria eliminado a capacidade das corporações de deduzir o custo das importações, ao mesmo tempo em que eliminaria o imposto sobre a renda atribuível às exportações. Esse imposto de ajuste de fronteira teria mudado o imposto de renda corporativo dos EUA de um imposto baseado na origem aplicável à produção de bens e serviços nos Estados Unidos para um imposto baseado no destino aplicável ao consumo de bens e serviços nos EUA.

Este imposto — fortemente contestado pelas empresas multinacionais americanas e pelos grandes retalhistas — não só teria nivelado as condições de concorrência no que diz respeito às regras da OMC, como também teria proporcionado uma alternativa inovadora à aplicação das

Projeto de Transição Presidencial 2025

taris.¹⁷ Uma Administração conservadora faria bem em considerar tal imposto como parte de sua agenda comercial.

DESAFIO #2: A ECONOMIA DA CHINA COMUNISTA

AGRESSÃO E BUSCA PELA DOMINAÇÃO MUNDIAL¹⁸

Entre todas as suas relações comerciais bilaterais, a relação dos Estados Unidos com a China comunista é a mais cheia de dificuldades. O problema não é apenas que as políticas comerciais implacavelmente mercantilistas e protecionistas que a China tem perseguido desde sua adesão à OMC em 2001 levaram a déficits comerciais crônicos, massivos e em constante expansão. A agressão econômica da China comunista no espaço da política comercial tradicional é ainda mais facilitada por políticas industriais igualmente agressivas e políticas de transferência de tecnologia forçadas que são projetadas para mudar as cadeias de fabricação e fornecimento do mundo para o solo chinês comunista.

O objetivo político do Partido Comunista Chinês é impulsionar a economia chinesa, mas seu objetivo mais amplo é fortalecer a base industrial de defesa da China comunista e as capacidades de combate associadas. Que a China busca descaradamente suplantará a América como a potência econômica e militar dominante do mundo não está em disputa.

Em vez disso, é uma característica proeminente da retórica do ditador chinês comunista Xi Jinping . Xi prometeu que o feito será feito até 2049, o centenário da tomada comunista do Continente.¹⁹

À luz da agenda geopolítica e militar mais ampla da China comunista, o presidente americano que assumir em janeiro de 2025 deve ver a relação comercial EUA-China e as reformas políticas associadas dentro do contexto da ameaça existencial mais ampla representada pela China comunista. A questão é se o próximo presidente deve buscar se desvincular econômica e financeiramente da China comunista como a primeira melhor resposta dos Estados Unidos à agressão implacável da China ou continuar os esforços para negociar com um país autoritário e ditadura brutal com uma reputação bem estabelecida por não cumprir quaisquer acordos que entre.

Agressão Institucionalizada. A Tabela 5 descreve mais de 50 tipos de agressão política institucionalizada pelo PCC em seis categorias diferentes de tal agressão. Vista como um todo, a extensão da agressão da China Comunista é de tirar o fôlego.

No nível da política comercial, a China comunista depende fortemente de uma ampla gama de ferramentas mercantilistas e protecionistas para proteger seus próprios mercados e explorar injustamente os mercados estrangeiros. Esses instrumentos de agressão comercial da China comunista incluem altas barreiras tarifárias e nontari, manipulação de moeda, uma forte dependência de trabalho clandestino e paraísos de poluição, o dumping de exportações injustamente subsidiadas e falsificação e pirataria generalizadas: a China comunista é a maior fonte mundial de produtos falsificados e pirateados.

Além disso, as empresas comunistas chinesas beneficiam de políticas preferenciais que sobrecarregaram os mercados mundiais com excesso de capacidade subsidiada. A superabundância resultante

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

das exportações da China comunista, por sua vez, deprime os preços mundiais e empurra os rivais estrangeiros para fora do mercado global — o aço é um grande exemplo.²⁰ As ferramentas de política industrial que reforçam ainda mais as políticas comerciais mercantilistas e protecionistas da China comunista incluem vários subsídios diretos e indiretos para impulsionar as exportações e a consolidação de empresas estatais altamente subsidiadas em “campeãs nacionais” que podem competir com empresas estrangeiras nos mercados doméstico e global.

A China comunista também usa um modelo predatório de “armadilha da dívida” de ajuda ao desenvolvimento econômico que oferece financiamento substancial a países em desenvolvimento em troca de sua disposição de hipotecar seus recursos naturais e permitir que a China comunista tenha acesso a seus mercados. O efeito prático desse modelo de armadilha da dívida é dar à China comunista uma vantagem competitiva internacional que decorre de seu acesso preferencial a commodities de custo relativamente mais baixo necessárias no processo de fabricação. Essas commodities variam de bauxita, cobre e níquel a commodities mais raras, como berílio, titânio e minerais de terras raras.

Como um complemento a essa manobra de armadilha da dívida e para explorar sua fatia dominante de uma ampla gama de matérias-primas críticas que são essenciais para a cadeia de suprimentos global e produção de produtos de alta tecnologia e alto valor agregado, a China comunista usa estrategicamente restrições protecionistas à exportação, incluindo cotas de exportação e taxas de exportação. Essas restrições à exportação, portanto, restringem o acesso a matérias-primas como terras raras, tungstênio e molibdênio, que são essenciais no espaço de produção de alta tecnologia. O resultado é aumentar os preços mundiais e, portanto, pressionar os produtores americanos e outros produtores estrangeiros a jusante a moverem suas operações, tecnologias e empregos para a China comunista. As indústrias americanas que foram afetadas pelas restrições à exportação da China comunista variam de aço, produtos químicos e carros elétricos a turbinas eólicas, lasers, semicondutores e refrigerantes.

Políticas de imposição de tecnologia. A Tabela 6, extraída do relatório do Escritório de Política de Comércio e Manufatura da Casa Branca sobre a agressão econômica da China comunista,²¹ fornece um resumo das várias políticas que o Partido Comunista Chinês usa para forçar a transferência das tecnologias do Ocidente para o solo chinês comunista. Formalmente, a política industrial chinesa comunista busca promover a “digestão, absorção e renovação” de tecnologias e propriedade intelectual (PI) de todo o mundo.²²

Conforme observado na Tabela 6, essa política é executada, por exemplo, por meio de roubo de PI patrocinado pelo estado — manobras regulatórias coercitivas e intrusivas para forçar a transferência de tecnologia, normalmente em troca de acesso limitado ao mercado chinês. O saque da tecnologia americana pela China comunista é ainda mais reforçado pela “colheita de informações” conduzida por cidadãos chineses comunistas que se infiltram em universidades dos EUA, laboratórios nacionais e outros centros de inovação. Os setores estratégicos visados pela espionagem econômica chinesa comunista incluem eletrônicos, telecomunicações, robótica, serviços de dados, produtos farmacêuticos, telefonia móvel

Projeto de Transição Presidencial 2025

serviços, comunicações e imagens via satélite e software de aplicativos empresariais. Estimou-se que o roubo de segredos comerciais por si só custa aos EUA “entre 180 mil milhões e 540 mil milhões de dólares” anualmente.²³

Estreitamente relacionadas às campanhas de espionagem da China comunista estão seus esforços apoiados pelo estado para fugir das leis de controle de exportação dos EUA. Essas leis são projetadas para impedir a exportação de tecnologias sensíveis com aplicações militares.²⁴ No entanto, um problema significativo enfrentado por agências como os Departamentos de Comércio, Defesa e Estado é o crescimento de tecnologias de “uso duplo”, que têm utilidade militar e civil. Por exemplo, as tecnologias de motores de avião têm uma aplicação comercial óbvia. No entanto, quando adquiridos por um concorrente estratégico econômico e militar como a China comunista, esses itens comerciais podem rapidamente acabar impulsionando as aeronaves do Exército de Libertação Popular.

Como exemplo das manobras regulatórias coercitivas e intrusivas da China comunista para forçar a transferência de tecnologias estrangeiras e PI para concorrentes chineses, empresas estrangeiras frequentemente precisam entrar em joint ventures ou parcerias com participações minoritárias em troca de acesso ao mercado chinês. Uma vez que uma empresa dos EUA ou estrangeira é coagida a entrar em uma joint venture com um parceiro chinês, a porta está aberta para a transferência de tecnologia e PI. Da mesma forma, uma China comunista implacavelmente coercitiva forçou os detentores de patentes e tecnologias americanas a aceitar taxas de royalties abaixo do mercado em licenciamento e outras formas de compensação abaixo do mercado por suas tecnologias — e o governo americano fez pouco ou nada a respeito.

Coleta de informações. Todos os anos, mais de 300.000 cidadãos chineses comunistas frequentam universidades dos EUA ou são contratados em laboratórios nacionais, centros de inovação, incubadoras e think tanks dos EUA. Para colocar isso em perspectiva, de acordo com o Ministério da Educação chinês, apenas 20.000 cidadãos americanos estavam estudando no exterior em universidades chinesas no continente em 2018.²⁵ Esses cidadãos chineses — geralmente membros (ou filhos e filhas de membros) do Partido Comunista Chinês — agora representam aproximadamente um terço dos estudantes estrangeiros de universidades e faculdades nos Estados Unidos e cerca de 25% dos alunos de pós-graduação especializados em ciência, tecnologia, engenharia ou matemática (STEM).²⁶ Como um relatório da Defense Innovation Unit Experimental (DIUx) alertou:

A academia é um ambiente oportuno para aprender sobre ciência e tecnologia, uma vez que os valores culturais das instituições educacionais dos EUA refletem uma troca aberta e livre de ideias. Como resultado, os estudantes chineses de ciência e engenharia frequentemente dominam tecnologias que mais tarde se tornam críticas para os principais sistemas militares, resultando, com o tempo, em violações não intencionais das leis de controle de exportação dos EUA.²⁷

As empresas chinesas apoiadas pelo Estado também financiam cada vez mais programas de pesquisa conjunta e a construção de novas instalações de pesquisa em campi dos EUA.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

Por exemplo, a Huawei, bem conhecida na comunidade de inteligência americana como um instrumento de espionagem militar chinesa, fez uma parceria com a Universidade da Califórnia-Berkeley em pesquisas que se concentram em inteligência artificial e áreas relacionadas, como aprendizado profundo, aprendizado por reforço, aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural e visão computacional, todas com importantes aplicações militares futuras.²⁸ Dessa forma, a UC-Berkeley, intencional ou inconscientemente, ajuda a impulsionar as capacidades da China comunista e sua busca pelo domínio milita

Atores estatais chineses comunistas também estão construindo estrategicamente centros de pesquisa em centros de inovação e hubs como o Vale do Silício e Boston. Essas pesquisas americanas aceleraram o desenvolvimento de veículos planadores hipersônicos da China comunista, que viajam a velocidades superiores a Mach 5 e visam escapar de sistemas modernos de defesa de mísseis balísticos enquanto lançam suas armas nucleares.

Investimento Estrangeiro Direto (IED) Financiada pelo Estado e em Busca de Tecnologia.

Se empreendedores americanos construírem, investidores chineses comunistas virão. E eles vêm em massa. Nas palavras do Representante Comercial dos Estados Unidos:

O governo chinês orienta e facilita injustamente o investimento sistemático e a aquisição de empresas e ativos dos EUA por empresas chinesas, para obter tecnologias de ponta e propriedade intelectual e gerar transferência de tecnologia em larga escala em indústrias consideradas importantes pelos planos industriais estatais.²⁹

Os compradores chineses comunistas incluíram principalmente empresas estatais, empresas privadas chinesas com laços interligados com o estado chinês comunista e fundos soberanos apoiados pelo estado. Esses agentes do governo chinês comunista impulsionam seu investimento estrangeiro direto por meio de veículos que incluem fusões e aquisições, financiamento de capital semente e de risco e investimentos greenfield, particularmente em indústrias de alta tecnologia estrategicamente direcionadas. Desde 2012, a CB Insights catalogou mais de 600 investimentos em alta tecnologia nos Estados Unidos no valor de quase US\$ 20 bilhões — com inteligência artificial, realidade aumentada e virtual e robótica recebendo um foco particular — por investidores baseados na China comunista.³⁰

Todos esses comportamentos levantam a questão de se cidadãos chineses comunistas deveriam receber vistos para ingressar em nossas universidades, think tanks e instituições de pesquisa e se o capital chinês comunista deveria ter permissão para investir em empresas de tecnologia de ponta dos Estados Unidos.

Respostas políticas à agressão comunista chinesa. Deve ficar claro nesta revisão que a agressão econômica da China comunista é generalizada e sistêmica. O objetivo autoproclamado do PCC é suplantando os EUA como a superpotência econômica e militar dominante do mundo. A questão: como o próximo presidente americano deve lidar com essa agressão? As respostas políticas variam de mais

Projeto de Transição Presidencial 2025

tenta negociar com o PCC para se desvincular estrategicamente econômica e financeiramente da China comunista.

A infrutífera de futuras negociações. Se o passado é prólogo, e como aprendemos durante a Administração Trump, quaisquer futuras negociações com a China comunista provavelmente serão infrutíferas e perigosas: infrutíferas porque o PCC agora tem uma reputação muito bem estabelecida de barganhar de má-fé e perigosas porque, enquanto a agressão do PCC continuar, enfraquecerá ainda mais a base industrial de manufatura e defesa dos Estados Unidos e as cadeias de suprimentos globais.

O registro sobre a negociação de má-fé da China comunista é claro. Em setembro de 2015, o presidente Barack Obama estava com Xi Jinping no Rose Garden da Casa Branca, onde Xi solenemente prometeu não militarizar o Mar da China Meridional e concordou que a China comunista não conduziria roubo de propriedade intelectual conscientemente habilitado por cibernética.³¹ Dentro de um ano, a primeira promessa seria quebrada.³² Quanto aos ataques cibernéticos da China comunista a empresas americanas, eles nunca pararam.

Ao assumir o poder em 2017, o presidente Trump colocou em espera sua promessa de campanha de 2016 de impor tarifas altas sobre produtos chineses imediatamente. Em vez disso, como um gesto de boa-fé, ele buscou negociar um acordo comercial abrangente com a China que teria abordado muitas das questões levantadas nesta discussão.

Em meados de 2018, ficou claro que o PCC não tinha intenção de negociar de boa-fé. Como resultado, em 15 de junho, o presidente Trump começou a impor uma série de tarifas³³ sobre produtos chineses que acabariam aumentando para cobrir mais de US\$ 500 bilhões em importações chinesas. Essas tarifas levariam o principal negociador da China comunista, o vice-premiê Liu He, a concordar provisoriamente em abril de 2019 com o que teria sido o acordo comercial mais abrangente da história global.³⁴ Em 3 de maio de 2019, no entanto, Liu renegaria esse acordo de 150 páginas e buscaria sua drástica renegociação.³⁵

Finalmente, em 15 de janeiro de 2020, os EUA e a China comunista assinaram um acordo de “Fase Um” que era uma pálida sombra do acordo original.³⁶ Este chamado Skinny Deal (como foi chamado de forma irônica e correta) combinou propostas modestas de reformas comunistas chinesas em questões relacionadas à transferência forçada de tecnologia e roubo de propriedade intelectual com promessas de compras em larga escala de produtos agrícolas, de manufatura e de energia. Até o momento, este acordo tem sido um fracasso previsível: a China comunista falhou em consumir uma fração significativa de suas compras prometidas e fez pouco ou nenhum progresso na reforma de suas políticas mercantilistas, protecionistas e de força de transferência de tecnologia.

A lição clara aprendida tanto na Administração Obama quanto na Administração Trump é que a China comunista **nunca** negociará de boa fé com os EUA para parar sua agressão. Uma lição igualmente clara aprendida pelo Presidente Trump, que ele estava pronto para implementar em um segundo mandato, foi que a melhor opção política era se desvincular econômica e financeiramente da China comunista, pois novas negociações seriam de fato infrutíferas e perigosas.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

TABELA 6

Vetores da agressão econômica da China comunista no Tecnologia e Espaço de PI

1. Roubo físico e roubo cibernético de tecnologias e propriedade intelectual

- Roubo físico de tecnologias e PI por meio de espionagem econômica • Espionagem e roubo cibernéticos • Evasão das leis de controle de exportação dos EUA • Falsificação e pirataria • Engenharia reversa

2. Gambits regulatórios coercitivos e intrusivos • Restrições

- de propriedade estrangeira • Aprovações administrativas adversas e requisitos de licenciamento • Restrições discriminatórias de patentes e outros direitos de propriedade intelectual • Revisões de segurança Forçam transferências de tecnologia e propriedade intelectual • Padrões de tecnologia seguros e controláveis • Mandatos de localização de dados • Testes onerosos e intrusivos
- Catálogos e listas discriminatórios • Restrições de compras governamentais

- Padrões de tecnologia indígena que se desviam das normas internacionais
- Pesquisa e desenvolvimento forçados • Lei antimonopólio Extorsão • Painéis de revisão de especialistas forçam a divulgação de informações proprietárias • Partido Comunista Chinês coopta governança corporativa • Colocação de funcionários chineses em joint ventures estrangeiras

3. Coerção econômica

- Restrições à exportação restringem o acesso às matérias-primas • Poder de compra do monopólio

4. Coleta de informações • Coleta

- de informações de ciência e tecnologia de código aberto • Cidadãos chineses nos EUA como coletores de informações não tradicionais • Recrutamento de talentos em ciência, tecnologia, negócios e finanças

5. Investimento patrocinado pelo Estado em busca de tecnologia

- Atores estatais chineses envolvidos em IDE em busca de tecnologia • Veículos de investimento chineses usados para adquirir e transferir tecnologias e PI dos EUA
 - Fusões e Aquisições
 - Investimentos em Campo Verde
 - Financiamento de Sementes e Riscos

FONTE: Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Como a agressão econômica da China ameaça as tecnologias e a propriedade intelectual dos Estados Unidos e do mundo*, junho de 2018, <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2018/06/FINAL-China-Technology-Report-6.18.18-PDF.pdf> (acessado em 21 de março de 2023).

Um patrimônio.org

Projeto de Transição Presidencial 2025

As seguintes opções de política estavam na prancheta ou em discussão enquanto os preparativos para um potencial segundo mandato de Trump estavam sendo feitos. Essas opções abrangem o espectro de puramente relacionadas ao comércio, como aumentar as tarifas, até cortar O acesso da China comunista aos mercados financeiros, instituições de pesquisa e consumidores americanos . O próximo presidente americano deve considerar fortemente adotar todos eles como um pacote:

- I Expandir estrategicamente as tarifas para todos os produtos chineses e aumentar as taxas tarifárias para níveis que bloqueiem os produtos “Made in China”, e executar essa estratégia de uma maneira e em um ritmo que não exponha os EUA à falta de acesso a produtos essenciais, como produtos farmacêuticos essenciais.
- I Fornecer incentivos financeiros e fiscais significativos para empresas americanas que buscam transferir a produção da China comunista para solo americano.
- I Acabar com o abuso da chamada isenção de minimis pela China comunista, que lhe permite sonegar tarifas para produtos avaliados em menos de US\$ 800.
- I Proibir empresas estatais comunistas chinesas de participar de licitações em contratos de compras governamentais dos EUA (por exemplo, contratos para metrô e outros sistemas de transporte).
- I Proibir o uso de drones fabricados pela China comunista no espaço aéreo americano.
- I Proibir todos os aplicativos de mídia social chineses, como TikTok e WeChat, que representam riscos significativos à segurança nacional e expõem os consumidores americanos ao roubo de dados e identidade.
- I Proibir todos os investimentos comunistas chineses em indústrias de alta tecnologia.
- I Proibir fundos de pensão dos EUA de investir em ações da China comunista.
- I Retirar da lista quaisquer ações chinesas comunistas que não cumpram os padrões do Public Company Accounting Oversight Board ou, alternativamente, fechar o mercado de ações “A” chinês para investimentos dos EUA e cancelar o registro de ações dos EUA. empresas comunistas chinesas sancionadas.
- I Proibir a utilização de câmaras de compensação de Hong Kong como pontos de trânsito para os Estados Unidos investimento de capital na China continental.
- I Proibir a inclusão de títulos soberanos chineses nas carteiras de investidores dos EUA.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

- I Reduzir sistematicamente e, eventualmente, eliminar qualquer dependência dos EUA em relação às cadeias de suprimentos da China comunista que possam ser usadas para ameaçar a segurança nacional, como medicamentos, chips de silício, minerais de terras raras, placas-mãe de computadores, monitores de tela plana e componentes militares.
- I Sancionar quaisquer empresas, incluindo empresas americanas como a Apple, que facilitem o uso das capacidades de vigilância e censura do Grande Firewall pela China Comunista.
- I Ordenar ao Departamento de Segurança Interna (DHS) e ao Departamento de Justiça para contratar empresas de inteligência artificial de propriedade e operadas pelos EUA que sejam capazes de detectar, identificar e interromper as operações de mídia social e os fluxos de financiamento de grupos nacionais e influenciadores do PCC usando informações públicas como uma medida ofensiva rapidamente disponível.
- I Revigorar e expandir a repressão do DHS ao uso de vendedores eletrônicos (incluindo vendedores terceirizados) e de remetentes e operadores de grandes armazéns como Amazon, eBay e Alibaba pelo PCC para inundar os mercados dos EUA com produtos falsificados e pirateados.
- I Obrigar o fechamento de todos os Institutos Confúcio nos EUA, que servem como braços de propaganda do PCC.
- I Reduzir significativamente ou eliminar a emissão de vistos para estudantes ou pesquisadores chineses para evitar espionagem e coleta de informações.
- I Responsabilizar o PCC pelo vírus COVID-19, que quase certamente se originou como um vírus geneticamente modificado do Instituto de Virologia de Wuhan, e fazê-lo por meio do estabelecimento de uma comissão presidencial ou comitê seletor do Congresso que investigaria as origens do vírus; seus vários custos, tanto econômicos quanto em vidas humanas; e os possíveis meios de cobrar danos do PCC, que provavelmente chegarão a trilhões de dólares.

Se o novo presidente dos EUA deseja defender este país contra a séria ameaça existencial representada pela China comunista, ele adotará todas essas propostas por meio de ordens executivas presidenciais ou memorandos necessários.

Política Comercial Eficaz no Mundo Real. Para concluir esta análise, é útil oferecer breves reflexões sobre uma série de obstáculos-chave à implementação das iniciativas políticas recomendadas neste capítulo. Esses obstáculos incluem:

Projeto de Transição Presidencial 2025

- I O dogma do modelo de livre comércio ricardiano, que tem sido utilizado como propaganda para impedir a adoção de medidas que buscam nivelar o campo do comércio global para fabricantes, agricultores, pecuaristas e trabalhadores americanos;
- I A política da política comercial, que levou a uma grande divisão que torna o comércio reformas políticas difíceis de implementar;
- I A economia dos défices comerciais, que não são adequadamente compreendidos nem pelo público americano nem pela intelectualidade política; e
- I O papel crucial do pessoal de apoio da Casa Branca e da Administração na implementação de políticas comerciais eficazes.

O Dogma do Livre Comércio. Claramente, a orientação comercial justa e equilibrada deste capítulo vai totalmente contra o grão de livre comércio da ortodoxia ricardiana globalista, que é baseada na teoria de que o livre comércio representa o melhor caminho para alcançar a prosperidade americana e global. Essa ortodoxia é baseada na conclusão acadêmica da torre de marfim de que se os países negociarem livremente entre si, cada um buscará suas próprias vantagens comparativas; a produção será mais eficiente em todo o mundo; o bolo econômico será maior tanto para o globo quanto para cada país de livre comércio; e (desde que os trabalhadores que perdem seus empregos sejam compensados de forma justa pelos ganhos do comércio) todos estarão em melhor situação.

O problema mais óbvio com essa ortodoxia (há muitos outros) é que em nenhum lugar o livre comércio ricardiano é espelhado no mundo real. Em vez disso, a América negocia em um mundo onde as regras da MFN da OMC são empilhadas contra nós, canalhas como a China comunista atropelam as escassas regras da OMC que existem, e os Estados Unidos, entre todas as nações desenvolvidas do mundo, são a maior vítima da ortodoxia ricardiana de livre comércio.

Durante seu primeiro mandato, o presidente Donald Trump pregou que não pode haver livre comércio sem comércio justo, recíproco e equilibrado. Ele estava certo então, e quem quer que seja o próximo presidente em 2025 deve prestar atenção a esse princípio crítico sempre que a bandeira do livre comércio for agitada para impedir a adoção das reformas necessárias.

A Política da Política Comercial: Quem se Beneficia? Hoje, há uma grande divisão entre os americanos que impede reformas construtivas de política comercial. Essa grande divisão certamente não é sobre um desejo partidário por impostos baixos e uma carga regulatória reduzida. Em vez disso, é sobre se nossas fronteiras devem ser abertas ou seguras e se é prudente terceirizar nossa base industrial de fabricação e defesa e cadeias de suprimentos associadas.

Aqueles que apoiam fronteiras seguras e procuram transferir mais produção e cadeias de abastecimento americanas para o país fazem-no para aumentar os salários reais dos trabalhadores americanos e para

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

melhorar nossa segurança nacional. Alguns americanos historicamente apoiaram fronteiras abertas e oshoring sob a bandeira do modelo de comércio ricardiano, que pressupõe o livre fluxo de trabalho e capital. No entanto, é igualmente verdade que fronteiras abertas e oshoring também ajudam as corporações multinacionais americanas a maximizar seus lucros ao minimizar seus custos de trabalho e proteção ambiental.

Em particular, uma política de fronteiras abertas, que permite a migração ilimitada de mão de obra barata, reduz os salários americanos e, portanto, aumenta os lucros corporativos. Ao mesmo tempo, o oshoring dá às corporações americanas acesso mais rápido às fábricas clandestinas e paraísos poluidores da Ásia e da América Latina. Nossos céus e águas podem estar mais limpos, e nossos produtos podem ser mais baratos, os fabricantes e trabalhadores da Main Street arcam com o peso dessas políticas.

O problema político óbvio em adotar muitas das políticas propostas aqui é que elas serão opostas pelos grupos de interesses especiais que se beneficiam de fronteiras abertas e oshoring e que contribuem generosamente para ambos os partidos políticos. Esses grupos de interesses especiais variam de fundos de hedge de Wall Street e empreendedores de tecnologia do Vale do Silício a grandes varejistas que enchem seus corredores particularmente com produtos baratos "Made in China".

SIM, OS DÉFICES COMERCIAIS SÃO IMPORTANTES

[O] nosso país tem se comportado como uma família extraordinariamente rica que possui uma imensa fazenda. Para consumir 4% a mais do que produzimos— esse é o déficit comercial — dia após dia, temos vendido partes da fazenda e aumentado a hipoteca do que ainda possuímos.

Warren Buett37

Historicamente, uma linha de ataque contra tentativas de implementar políticas de comércio justo em nome da redução do déficit comercial maciço e crônico dos Estados Unidos tem sido a alegação de que "déficits comerciais não importam". A ponta intelectual dessa lança tem sido frequentemente think tanks que geram resmas de análises em apoio a uma postura americana puramente de livre comércio (e fronteiras abertas).³⁸ No entanto, tanto o senso comum quanto várias razões muito boas nos dizem que os déficits comerciais importam muito.

Segurança econômica. O argumento da segurança econômica de que os déficits comerciais importam começa com a observação de que o crescimento do produto interno bruto (PIB) real ajustado pela inflação de qualquer país depende de apenas quatro fatores: consumo, gastos do governo, investimento empresarial e exportações líquidas (a diferença entre exportações e importações). Reduzir um déficit comercial por meio da implementação da Lei dos EUA A Lei de Comércio Recíproco, a aplicação de tarifas ou a renegociação de um acordo comercial ruim como o NAFTA representam maneiras de aumentar as exportações líquidas e, assim, impulsionar a taxa de crescimento econômico.

Projeto de Transição Presidencial 2025

Suponha, por exemplo, que sob a USRTA o presidente americano persuadisse a Índia a reduzir suas tarifas protecionistas muito altas e o Japão a diminuir suas formidáveis barreiras nontari. A América certamente venderia mais laranjas da Flórida, maçãs de Washington, vinho da Califórnia, queijo de Wisconsin e motocicletas Harley-Davidson. A queda resultante no déficit comercial aumentaria o PIB da América, e os salários reais dos trabalhadores americanos aumentariam de Seattle e Orlando para Sonoma e Milwaukee . Mas isso não é tudo.

Considere também o termo investimento na equação de crescimento do PIB. Quando empresas dos EUA terceirizam sua produção para perseguir mão de obra barata ou fabricar em um país “paraíso da poluição” como a China comunista ou a Índia com regulamentações ambientais frouxas, o resultado é um investimento fixo não residencial reduzido — e uma taxa de crescimento do PIB menor do que seria de outra forma. Além disso, se essa produção terceirizada resultar em mais exportações estrangeiras para os EUA — por exemplo, um consumidor americano compra um Dodge Journey ou Chevrolet Trax feito no México em vez de um veículo montado em Detroit — o déficit comercial aumenta junto com a queda no investimento , reduzindo ainda mais o crescimento do PIB.

Segurança Nacional. O argumento da segurança nacional de que os déficits comerciais importam começa com o sistema de dupla entrada da contabilidade da renda nacional dos Estados Unidos e esta identidade contábil: Qualquer déficit na conta corrente causado por comércio desequilibrado deve ser compensado por um superávit na conta de capital, ou seja, investimento estrangeiro nos EUA.

No curto prazo, esse equilíbrio da balança de pagamentos pode de fato "não importar", já que os estrangeiros devolvem nossos dólares de déficit comercial para as costas americanas, investindo aparentemente de forma benigna em títulos e ações do governo dos EUA. Claro, essa infusão de capital estrangeiro reduz as taxas de hipoteca americanas e mantém o mercado de ações capitalizado de forma otimista, o que parece ser muito bom. Com o tempo, no entanto, a execução de grandes e persistentes déficits comerciais leva a uma transferência massiva de riqueza americana para mãos estrangeiras. Essa transferência de riqueza acontece quando os estrangeiros usam seus dólares de exportação para comprar imóveis, empresas e ativos financeiros americanos, como as ações e títulos do governo acima mencionados.

O investidor americano Warren Buett se referiu a tais transferências de riqueza para o exterior como “conquista por compra”. Para Buett, o grande perigo é que os estrangeiros eventualmente possuam tantos títulos do governo dos EUA que os americanos acabarão trabalhando mais horas apenas para sobreviver e pagar a dívida externa.

Há um perigo ainda maior à segurança nacional, no entanto, que o Sr. Buett deixou passar: um cenário alternativo de conquista por compra. Suponha, por exemplo, que um dos maiores detentores de dólares americanos seja um rival estratégico em rápida militarização como a China comunista que tem a intenção de hegemonia mundial. Ao comprar empresas , tecnologias, terras agrícolas, produtores de alimentos e elementos-chave da cadeia de suprimentos doméstica dos Estados Unidos, a China comunista pode, assim, ganhar cada vez mais controle sobre a base de fabricação e indústria de defesa dos Estados Unidos.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

Nesse cenário, os Estados Unidos poderiam perder uma guerra mais ampla pela liberdade e prosperidade dos Estados Unidos, não por tiros disparados, mas por caixas registradoras americanas anunciando produtos “Made in China”? Os Estados Unidos poderiam até perder uma guerra mais ampla porque enviaram sua base industrial de defesa para o exterior nas asas de um déficit comercial persistente? Conclui-se que, por razões econômicas e de segurança nacional, os déficits comerciais realmente importam. Portanto, é de fundamental importância que restabeçamos o equilíbrio do comércio global dos Estados Unidos por meio de um comércio livre, justo, equilibrado e recíproco, e que o façamos por meio do tipo de iniciativas políticas e reformas recomendadas neste capítulo.

PESSOAL É POLÍTICA COMERCIAL

Ter um conjunto claro de políticas comerciais e industriais para atingir os objetivos econômicos e de segurança nacional, embora essencial, não é suficiente. As lições das administrações Nixon, Reagan e Trump nos ensinam que “pessoal é política” ou, neste caso, que “pessoal ruim significa política comercial ruim”.³⁹ É por isso que será igualmente crítico para a agenda de política comercial do próximo presidente ter pessoal-chave no lugar que não apenas tenha as habilidades para implementar as políticas, mas também tenha o firme compromisso de fazê-lo.

Durante a Administração Trump, os principais conselheiros políticos do Presidente Trump e oficiais do Gabinete entraram em choque sobre as questões do comércio internacional e do combate à agressão econômica da China comunista. Por mais que o Presidente Trump tenha feito na frente comercial que fosse ousado e inovador e por mais que ele tenha alcançado desafiando a China comunista, muito de sua política comercial foi interrompida ou descarrilhada por pessoal-chave que não compartilhava a visão do Presidente de comércio justo, equilibrado e recíproco.

Ao pensar sobre as posições de pessoal que são mais essenciais para a implementação efetiva da política comercial, a posição mais óbvia para acertar exatamente é a de Representante Comercial dos Estados Unidos. O USTR é, pelo menos putativamente, o principal oficial em política comercial, e é essencial que essa posição seja preenchida com sabedoria.

Historicamente, durante as administrações republicanas, o USTR tem sido um livre -comerciante que raramente desafiou as políticas protecionistas e mercantilistas dos parceiros comerciais da América e normalmente buscava expandir o comércio global. A administração Trump quebrou essa tradição republicana globalista ao nomear como advogado do USTR Robert E. Lighthizer, que não apenas tinha um profundo entendimento das várias alavancas legais que um presidente pode usar para promover a política comercial, mas também estava comprometido com a agenda comercial justa, equilibrada e recíproca do presidente. A próxima administração deve fazer todos os esforços para encontrar alguém com esse entendimento e esse comprometimento para preencher essa posição.

Menos óbvio — mas quase tão importante — é a necessidade de preencher o cargo de Subsecretário de Comércio para Comércio Internacional com sabedoria. Uma das funções mais importantes da Administração de Comércio Internacional, que é uma agência do Departamento de Comércio, é impor direitos antidumping e compensatórios

Projeto de Transição Presidencial 2025

contra trapaceiros comerciais que despejam produtos abaixo do custo nos mercados americanos ou subsidiam injustamente suas exportações. Na verdade, grande parte da trapaça que ocorre na arena do comércio global pode ser abordada por meio de casos de antidumping (AD) e direitos compensatórios (CVD).

Dentro da própria Ala Oeste, é igualmente crítico que o Conselheiro de Segurança Nacional, o Presidente do Conselho de Conselheiros Econômicos (CEA) e o Diretor do Conselho Econômico Nacional (NEC) estejam todos alinhados com a política comercial. Durante a Administração Trump, com a notável exceção do terceiro Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente, Robert O'Brien, e do terceiro Presidente do CEA, Tyler Goodspeed, isso lamentavelmente não foi o caso.

Finalmente, e talvez surpreendentemente, o Secretário de Defesa desempenha um papel fundamental na política comercial, pelo menos quando se trata de avançar casos da Seção 232. Sob a Seção 232 do Trade Expansion Act de 1962,40 o Presidente tem autoridade, por meio de tarifas ou outros meios, para reduzir importações de outros países "se o Presidente determinar que tal redução ou eliminação ameaçaria prejudicar a segurança nacional". Como uma questão prática, o Secretário de Comércio lidera quaisquer casos da Seção 232, mas para prosseguir com um caso da Seção 232, o Comércio deve obter assinatura do Secretário de Defesa.

Quando o presidente Trump quis implementar tarifas de aço e alumínio, ele tinha um servo disposto no Secretário de Comércio Wilbur Ross. No entanto, o Secretário de Defesa James Mattis resistiu. Mattis simplesmente não entendeu um princípio fundamental da Administração Trump: segurança econômica também é segurança nacional. Sem indústrias vibrantes de aço e alumínio, será difícil para a América fornecer ao Pentágono o tipo de armas de que ele precisa para defender a pátria.

CONCLUSÃO

Um professor de Harvard me disse uma vez, durante meus dias de tese de doutorado, que "se eu te disser como é, eu te disse por que não pode mudar". Apesar da exploração óbvia de fazendeiros, pecuaristas, fabricantes e trabalhadores americanos pelo sistema de comércio internacional e pela agressão comunista chinesa, ainda assim existem forças políticas poderosas que lucram com o status quo.

A lição crua deste capítulo é que a América é enganada todos os dias no mercado global, tanto por uma China comunista predatória quanto por uma OMC institucionalmente injusta e não recíproca. Lidar com esses dois desafios ajudaria muito a restaurar a grandeza americana, tanto econômica quanto militarmente.

Ignorar esses dois desafios simplesmente continuará a drenagem parasitária da base industrial de defesa e manufatura dos Estados Unidos.

NOTA DO AUTOR: O autor assume a responsabilidade pelo conteúdo deste capítulo, e nenhuma opinião expressa aqui deve ser atribuída a qualquer outro indivíduo. No entanto, o autor gostaria de agradecer particularmente a Joanna Miller por seu trabalho dedicado e contribuição significativa para o capítulo.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

O CASO DO LIVRE COMÉRCIO

Kent Lassman

A política comercial é mais do que bens e serviços; é uma declaração da América e da identidade americana. Nossas escolhas de política comercial revelam os valores da América e onde depositamos nossa confiança. Depositamos nossa confiança nas elites de Washington para reviver um país em declínio ou confiamos na tradição americana de empreendedores e pessoas comuns abrindo novos caminhos? Seguimos a China copiando suas políticas comerciais de braço forte ou lideramos a China e o resto do mundo forjando nosso próprio caminho? Nossas decisões de política comercial dirão a você o que nós, americanos, realmente pensamos de nós mesmos.

UMA VISÃO CONSERVADORA PARA O COMÉRCIO

As recomendações de políticas neste capítulo refletem uma crença na força das instituições fundadoras da América, sua economia e seu povo. Elas são baseadas em dados que mostram décadas de progresso americano com tudo o que isso implica. Elas também refletem uma compreensão realista do fato de que a política comercial tem capacidades limitadas e é vulnerável a desvios de missão e captura regulatória. Os formuladores de políticas devem ser modestos sobre o que podem realizar por meio da política comercial e precisam exercer vigilância constante contra abusos. Por exemplo:

I O comércio pode reduzir os preços ao consumidor para os americanos comuns e abrir novos mercados para empresas americanas e seus produtos.

I O comércio pode ajudar os trabalhadores e as empresas americanas a se especializarem no que fazem de melhor: como superar o resto do mundo em tecnologia, manufatura, agricultura e outras áreas.

I Na política externa, o comércio pode ajudar a preservar e fortalecer alianças.

Ao mesmo tempo, uma política comercial sólida requer humildade. Não é uma panaceia para todos os problemas de política. A política comercial não pode favorecer um setor em detrimento de outro sem causar tradeos que superem os benefícios.⁴¹ Nem o livre comércio nem o protecionismo criam empregos. O comércio afeta os tipos de empregos que as pessoas têm, mas não tem efeito de longo prazo no número de empregos. O tamanho da força de trabalho está vinculado ao tamanho da população mais do que qualquer outra coisa. O povo americano é inteligente e sofisticado o suficiente para ouvir essas verdades.

Não são apenas os conservadores que superestimam o poder da política comercial. Tentativas progressistas recentes de usar a política comercial para promover iniciativas de todo o governo sobre clima, equidade e outras questões falharão pelo mesmo motivo que um martelo não pode apertar um parafuso: é a ferramenta errada para o trabalho. Os conservadores devem ser igualmente céticos em relação às tentativas recentes da direita de usar a política comercial progressiva para punir oponentes políticos, refazer a manufatura ou atingir outros objetivos.

Projeto de Transição Presidencial 2025

para o qual não é adequado. A próxima Administração precisa acabar com a missão rasteira que praticamente tomou conta da política comercial nos últimos anos.

A política comercial funciona melhor quando se apega ao comércio e trata questões separadas separadamente. Os acordos comerciais desde o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) têm sido cada vez mais sobrecarregados por disposições não relacionadas ao comércio envolvendo regulamentações trabalhistas, ambientais, de propriedade intelectual e outras. Onde estes eram um acordo paralelo ao NAFTA na década de 1990, eles foram integrados ao texto principal do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) em 2019. O Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF) que a Administração Biden está atualmente buscando consiste inteiramente em disposições não relacionadas ao comércio: As negociações estão se afastando completamente do comércio.

Disposições não relacionadas ao comércio são rotineiramente sequestradas por progressistas e caçadores de renda e diluem acordos comerciais que de outra forma valeriam a pena. Elas também criam pontos adicionais de discórdia que tornam os acordos desnecessariamente difíceis de serem aprovados. Uma política comercial conservadora deve limitar as disposições não relacionadas ao comércio em acordos comerciais.

Isso não significa que os conservadores devem ignorar as negociações internacionais sobre trabalho, meio ambiente, propriedade intelectual e outras questões não comerciais. Significa que eles têm mais probabilidade de ter sucesso tratando cada uma delas separadamente do que deixá-las morrer em comitê com cada uma fornecendo um ponto de discórdia adicional para atrasar as outras.

Uma política comercial conservadora também deve levar a sério a realidade de que, em uma democracia, o outro lado detém o poder cerca de metade do tempo, mas os progressistas comandam a maioria das agências quase o tempo todo. Uma regra fundamental na política pública é não se dar poderes que você não gostaria que seus oponentes tivessem. Isso significa construir salvaguardas em nível institucional contra o desvio de missão para limitar abusos.

Considerações de política externa não são tão separadas do comércio quanto os padrões trabalhistas ou ambientais. A China merece consideração especial, assim como a Organização Mundial do Comércio (OMC) junto com seus possíveis sucessores ou alternativas. Embora o comércio não seja a estrela da política externa americana, ele desempenha um papel de apoio. Ele deve ser usado para fortalecer alianças para ajudar a combater a China, a Rússia e outras ameaças, ao mesmo tempo em que faz incursões econômicas e culturais dentro delas. O próximo presidente americano deve usar esse aspecto do comércio em benefício da nação.

Tirando das raízes da América. Em 1776, quase 90 por cento dos americanos eram fazendeiros. Para 10 pessoas comerem, nove tinham que cultivar. Isso significava que menos pessoas poderiam ser operárias de fábrica, médicas ou professoras, ou mesmo viver em cidades, porque eram necessárias na fazenda. Consequentemente, a expectativa de vida era de cerca de 40 anos, e a alfabetização era de 13 por cento.⁴²

Hoje, menos de 1% dos americanos trabalham em fazendas, mas a América é um exportador líquido de alimentos. As pessoas têm desejos infinitos, então, como a produtividade crescente empurrou algumas pessoas para fora das fazendas, havia inúmeros outros empregos que elas poderiam fazer. No verdadeiro estilo americano, muitos desses empregos eram em indústrias totalmente novas.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

Isso foi possível porque os mesmos valores culturais de "posso fazer" que inspiraram a fundação americana foram refletidos com precisão em seu novo governo. A Constituição dos EUA criou o que era então a maior área de livre comércio do mundo, e o fez de propósito.⁴³ A combinação do ethos de autoaperfeiçoamento americano e o grande mercado interno livre garantido pela Constituição produziu um crescimento intensivo em uma escala nunca antes vista.

Muitos trabalhadores rurais deslocados conseguiram empregos na fabricação dos mesmos equipamentos agrícolas que possibilitaram o crescimento agrícola intensivo, desde redes ferroviárias até descarregadoras de algodão. Cada um alimentava o outro. Agricultura e indústria não são separadas; elas são tão interconectadas quanto tudo o mais na economia. Nada disso poderia ter acontecido se o governo tivesse promulgado políticas para preservar o pleno emprego agrícola.

Entendendo o Valor. Assim como a comunicação é impossível sem definições acordadas de palavras, a formulação de políticas coerentes é impossível sem categorias coerentes. As políticas provavelmente não terão sucesso quando tentam separar uma economia interconectada em categorias arbitrárias. O operário de fábrica que constrói um trator faz tanto para impulsionar a produção agrícola quanto os próprios fazendeiros, mas os planejadores econômicos os colocam em categorias diferentes. Esse problema está embutido na política industrial, como os planejadores progressistas aprenderam repetidamente.

Uma abordagem conservadora à política econômica deve tratar o valor como valor, seja ele criado em uma fazenda, em uma fábrica ou em um escritório. Um dólar de valor criado na manufatura não é nem mais nem menos valioso do que um dólar de valor criado na agricultura ou serviços.

Buscando acesso a mercados em crescimento. A história americana contém lições para a política comercial conservadora de hoje. Alguns analistas modernos veem uma correlação entre altas tarifas e alto crescimento e confundem isso com causalidade,⁴⁴ mas a América do século XIX ensina uma lição diferente.

Enquanto a Constituição proibia as tarifas internas nos EUA, as tarifas internacionais atingiram seus níveis mais altos na história dos EUA durante o século XIX, começando com a Tarifa de Abominações de 1828.⁴⁵ Em seu pico em 1830, a tarifa média sobre bens tributáveis era de 62%.⁴⁶ Felizmente, no entanto, os efeitos distorcidos das tarifas foram superados pelo crescimento do mercado em outros lugares. O século XIX viu a expansão ocidental e uma população crescente (incluindo milhões de imigrantes) trabalhando pelo sonho americano. A crescente zona de livre comércio interna da América permitiu ainda mais especialização e mais comércio entre as fronteiras estaduais.

A expansão geográfica dos Estados Unidos terminou há muito tempo, mas o crescimento populacional, o sistema de comércio internacional baseado em regras liderado pelos EUA e o declínio constante de 75 anos nas tarifas após a Segunda Guerra Mundial possibilitaram décadas de prosperidade contínua. O crescimento intensivo requer especialização e, quanto maior o mercado, maior a especialização possível.

Combatendo o preconceito pessimista. A parcela da população dos agricultores continuou a diminuir durante todo esse período, mas o emprego permaneceu alto e a

Projeto de Transição Presidencial 2025

GRÁFICO 1

PIB real per capita dos EUA

PRODUTO INTERNO BRUTO REAL PER CAPITA, EM DÓLARES DE 2012,
TAXA ANUAL AJUSTADA SAZONALMENTE



FONTE: Federal Reserve Bank of St. Louis, "Real Gross Domestic Product per Capita",
<https://fred.stlouisfed.org/series/A939RX0Q048SBEA> (acessado em 2 de março de 2023).

Um patrimônio.org

a economia continuou a crescer. As fábricas não foram as únicas beneficiárias do boom de produtividade da agricultura e da mão de obra que ela liberou; os serviços também cresceram. Na verdade, o emprego no setor de serviços ultrapassou o emprego na indústria por volta de 1890—muito mais cedo do que a maioria das pessoas imagina.⁴⁷

O viés pessimista é um dos problemas culturais mais importantes que os formuladores de políticas conservadoras precisam abordar. No comércio, como na maioria das outras áreas, poucas pessoas se afastam para ver o quadro geral, o que é uma das razões pelas quais tantas pessoas acreditam erroneamente que a indústria e a economia dos EUA estão em declínio.

Os dados não mostram a carnificina econômica americana. Eles mostram mais de dois séculos de crescimento intensivo, possibilitado por um mercado interno crescente ao longo do século XIX e um mercado internacional crescente na era pós-Segunda Guerra Mundial. A transição da fazenda para a fábrica não reduziu a força de trabalho ou a produção agrícola. Mais tarde, a transição das fábricas para os serviços não reduziu a força de trabalho.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

força, produção fabril ou produção agrícola. Ambas as transições afetaram os **tipos** de empregos, não o **número** de empregos.

Os americanos hoje podem comprar tudo mais facilmente, de ar condicionado a televisores de tela plana e smartphones, e o comércio é uma das razões. Mercados maiores significam mais especialização, ideias mais inovadoras, mais clientes e mais pessoas de quem comprar.

A taxa de desemprego oficial dos Estados Unidos chegou a 3,5% em 2022, enquanto o produto interno bruto (PIB) per capita real atingiu um recorde histórico.

Claramente, as pessoas que queriam trabalhar conseguiram encontrar empregos bem remunerados, mesmo com os empregos na indústria crescendo mais lentamente do que os empregos no setor de serviços.

IMPLEMENTANDO A VISÃO CONSERVADORA

A visão será crucial para a próxima Administração conservadora, mas políticas práticas também são importantes. Tornar a visão conservadora para o comércio uma realidade exigirá várias ações, algumas das quais podem se mostrar mais difíceis de serem alcançadas do que outras. Especificamente:

I **Implementar** alívio tarifário para ajudar a neutralizar a inflação reduzindo os preços dos bens afetados, bem como fortalecer as cadeias de suprimentos e impulsionar a fabricação.

Acabar com as tarifas das Seções 232, 201 e 301. Trabalhar com o Congresso para aprovar uma legislação que revogue essas disposições para que futuros presidentes não possam abusar delas.

I **Resista aos** apelos por mais gastos em assistência de ajuste comercial, que é frequentemente sequestrada para fins progressistas. A tecnologia e a mudança de gostos deslocam seis vezes mais trabalhadores do que o comércio, mas esses trabalhadores não recebem tratamento especial. Trabalhadores deslocados devem receber os mesmos benefícios, independentemente do motivo.

I **Remova** restrições de cadeia de suprimentos nunca necessárias, que dão às famílias menos lugares aos quais elas podem recorrer. A recente escassez de fórmulas para bebês, por exemplo, foi causada em grande parte por regulamentações fortemente protecionistas. Força e resiliência vêm da abertura.

I **Promulgar** políticas de reconhecimento mútuo com aliados. Se um produto é seguro o suficiente para consumidores europeus ou japoneses, então ele é seguro o suficiente para os americanos também — e vice-versa. Isso pode reduzir custos regulatórios e abrir novos mercados.

I **Fechar** o Banco de Exportação e Importação, que serve principalmente para subsidiar compras de produtos de um punhado de fabricantes americanos bem relacionados por compradores estrangeiros.

Projeto de Transição Presidencial 2025

- I **Revogar** a Lei Jones,⁴⁸ uma lei marítima centenária de “comprar produtos americanos” que dizimou a indústria de construção naval dos EUA.

- I **Trabalhar** com o Congresso para restaurar a Autoridade de Promoção Comercial do Presidente, o que agilizará a negociação de acordos comerciais com o Reino Unido, Suíça, Taiwan, União Europeia e outros aliados, e manterá disposições não relacionadas ao comércio fora dos acordos comerciais.

- I **Restaurar** o processo de resolução de litígios da Organização Mundial do Comércio para força total.

- I **Criar** um sucessor para a OMC (assumindo que ela tenha sido fatalmente ferida) que seja aberto apenas a democracias liberais. Isso impediria que países autoritários como a China abusassem da organização para seus próprios fins.

- I **Adotar** uma estratégia multifacetada para convencer o governo chinês para reformar suas políticas antiliberais de direitos humanos e comércio.

- I **Reintegrar** a Parceria Transpacífica (TPP), cujos 11 membros são desenvolver normas comerciais institucionais em uma importante região geopolítica sem a contribuição ou envolvimento dos EUA.

- I **Reorientar** a proposta do Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade para focar apenas em questões comerciais, que atualmente são ignoradas em favor de políticas progressistas de lista de desejos.

- I **Fortalecer** a pressão diplomática (em conjunto com aliados) contra os abusos de Pequim. Incentivar o engajamento cultural e intelectual com o povo chinês, lembrando que jeans azul e rock 'n' roll ajudaram a vencer a Guerra Fria.

Alívio de Tari. Quando as pessoas tentam algo repetidamente e ainda assim não funciona, elas devem parar de fazê-lo — especialmente quando as consequências acabam sendo exatamente o que os economistas conservadores há muito previram que seriam.⁴⁹ Com as tarifas, a reforma adequada não é apenas se livrar das tarifas individuais que saíram pela culatra, mas também construir salvaguardas institucionais contra abusos futuros.

Estamos há cinco anos no maior experimento com tarifas desde a Grande Depressão, e os resultados estão aí: os novos tarifas aumentam os preços ao consumidor para os americanos comuns em cerca de US\$ 1.200 por domicílio a cada ano⁵⁰ e beneficiam apenas um pequeno número de interesses especiais. Os tarifas de aço e alumínio, promulgados por motivos de segurança nacional, irritaram os aliados. Pequim não fez uma única reforma substancial em

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

resposta a quatro rodadas de tarifas mais uma tentativa de acordo de Fase Um. A Administração Biden deixou os tarifas em vigor e os está expandindo para buscar objetivos de políticas progressivas.

A primeira ordem do dia para uma nova Administração focada nos trabalhadores e consumidores americanos é revogar todas as tarifas promulgadas pela Seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962⁵¹ e pelas Seções 201 e 301 da Lei de Comércio de 1974.⁵²

O Presidente pode fazer isso unilateralmente, e o Congresso pode fazê-lo por meio de legislação.

A segunda ordem do dia exige que o Congresso aprove uma legislação revogando as Seções 232, 201 e 301. A Constituição dos EUA coloca toda a autoridade tributária com o Congresso⁵³ e nenhuma com o Presidente. O Congresso usou essas disposições da lei para delegar parte de sua autoridade tributária ao Presidente porque estava tendo problemas para aprovar uma legislação tarifária "limpa" nas décadas de 1960 e 1970. A menos que e até que essa questão constitucional sobre delegação seja abordada, reformas importantes estão disponíveis para o próximo Congresso e o próximo Presidente.

O Congresso enfrentou um problema de ação coletiva nas décadas de 1960 e 1970. Como um todo, os Membros geralmente queriam reduzir as tarifas, mas poucos Membros individuais estavam dispostos a remover tarifas que beneficiassem interesses especiais em seus distritos. Projetos de lei comerciais eram invariavelmente diluídos por meio de emendas e logrolling. O pensamento era que o Presidente, cujo eleitorado é a nação inteira, seria menos propenso a alegações de interesses especiais do que os Membros do Congresso, então o Congresso delegou parte de sua autoridade de fazer tarifas ao Presidente na legislação comercial de 1962 e 1974 .

Delegar a elaboração de tarifas pode ter funcionado no curto prazo, mas no longo prazo, era constitucionalmente duvidoso e propício ao abuso. Isso aconteceu em 2018. As tarifas de aço e alumínio da Seção 232, invocadas em 2018 contra o Canadá, a Europa e outros aliados por motivos de segurança nacional, aumentaram os preços dos carros em uma média de US\$ 250 por veículo e deram aos Estados Unidos os maiores preços de aço do mundo. Elas também prejudicaram a construção, alimentos e bebidas enlatados e outras indústrias que usam metais .

Embora isso possa ter beneficiado a própria indústria siderúrgica, cada emprego salvo na siderurgia custou uma média de US\$ 650.000 por ano que haviam sido retirados de outras partes da economia.⁵⁴ Essa não é a maneira de fortalecer a manufatura americana. O Federal Reserve de Nova York estimou em 2019 que as tarifas da China da Seção 301 custavam à família média US\$ 831 por ano,⁵⁵ um valor que provavelmente aumentou com a inflação.

As novas tarifas têm um claro histórico de fracasso — como economistas conservadores quase unanimemente alertaram que seria o caso. A tarefa número um para a próxima Administração é retornar a políticas comerciais sensatas e eliminar as tarifas destrutivas de Trump–Biden.

Fortalecendo a manufatura americana. O declínio da manufatura americana é um tropo político comum em ambos os partidos, tipicamente invocado antes de um apelo por mais intervenção governamental. Esta narrativa tem vários problemas. Um deles é que

Projeto de Transição Presidencial 2025

A produção industrial americana está atualmente em alta histórica. O recorde não foi estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial e nem durante o boom dos anos 1950. A produção não atingiu o pico quando o emprego industrial atingiu o pico em 1979 ou durante a recuperação econômica de Reagan nos anos 1980. Na verdade, está mais alta agora do que nunca.

A manufatura americana está pujante porque a produtividade de cada trabalhador da manufatura também está em alta. A chave para a prosperidade é fazer mais com menos.

O próximo presidente deve ignorar interesses especiais e ideólogos populistas que querem que o governo faça o oposto por meio de políticas industriais, protecionismo comercial e outras políticas progressistas fracassadas.

São necessárias surpreendentemente poucas pessoas para atingir a produção industrial recorde dos Estados Unidos — atualmente, cerca de 13 milhões de pessoas de uma força de trabalho de mais de 160 milhões, em comparação com o pico de 1979 de 19,5 milhões de pessoas de uma força de trabalho de 104 milhões.⁵⁶ O crescimento da produtividade liberou o tempo e os talentos de milhões de pessoas para outros usos adicionais.

A crença de que a manufatura tem que encolher para que os serviços cresçam é a falácia de soma zero contra a qual economistas sensatos frequentemente alertam. É um anátema para o otimismo, a esperança e a confiança que são o direito natural de nascença dos conservadores. O aumento da produtividade permite maior produção tanto na indústria quanto nos serviços. É por isso que os Estados Unidos continuam a ter crescimentos sustentados e PIB real recorde, apesar do declínio de longo prazo no emprego industrial.

Os economistas distinguem entre dois tipos de crescimento: extensivo e intensivo. Crescimento extensivo é o modelo soviético e chinês para a manufatura: se você tiver mais pessoas usando mais recursos, elas criarão mais produção. Crescimento extensivo é fazer mais com mais; crescimento intensivo é fazer mais com menos. É aí que reside o superpoder da América. A história da manufatura americana é de crescimento intensivo que remonta às nossas origens agrícolas. Líderes conservadores devem se basear nessa história para posicionar a América para o sucesso contínuo. Com crescimento intensivo, não é manufatura **ou** serviços; é manufatura **e** serviços.

Tarifa retaliatória. Aumentar as tarifas sobre outro país quase sempre convida a tarifas retaliatórias contra os EUA. As últimas tendem a ser direcionadas a exportações americanas politicamente sensíveis. Tarifas retaliatórias tanto da China quanto de aliados americanos em resposta às tarifas de aço de 2018 foram direcionadas principalmente à agricultura americana.

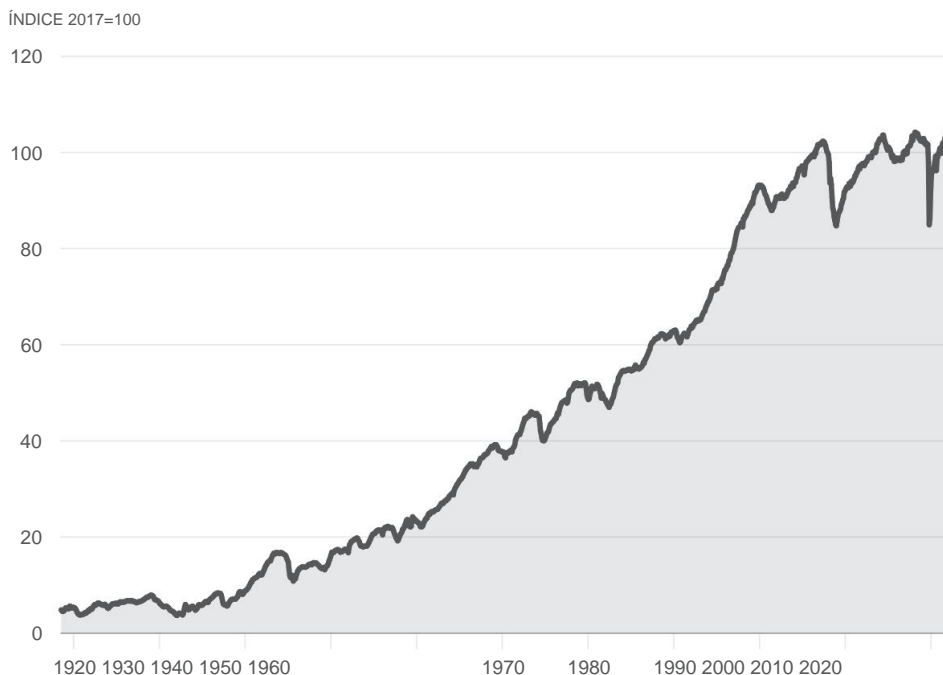
De acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA, essas tarifas custaram aos agricultores 27 mil milhões de dólares, com perdas concentradas particularmente nos estados do interior.⁵⁷

Tarifas retaliatórias também tinham como alvo as indústrias dos EUA que não eram protegidas por tarifas. Muitas importações se tornam insumos para a fabricação dos EUA. A fabricante de motocicletas Harley-Davidson já estava enfrentando custos de produção mais altos, pois os produtores nacionais de aço aumentaram seus preços para acomodar a nova tarifa de aço. Uma tarifa retaliatória sobre suas motocicletas imposta pela União Europeia aumentou ainda mais seus preços e prejudicou seus negócios de exportação. Danos a esses espectadores inocentes foram outra consequência não intencional (embora prevista).

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

GRÁFICO 2

Produção Industrial Total dos EUA



FONTE: Federal Reserve Bank of St. Louis, "Industrial Production: Total Index," <https://fred.stlouisfed.org/series/INDPRO> (acessado em 2 de março de 2023).

Um patrimônio.org

A pesquisa do Federal Reserve mostra que as tarifas custaram cerca de 75.000 empregos na indústria, ao mesmo tempo em que criaram apenas cerca de 1.000 empregos na indústria siderúrgica — sem incluir os efeitos das tarifas retaliatórias descritas acima.⁵⁸ Os preços mais altos do aço adicionaram uma média de US\$ 250 ao preço dos carros novos, e os caminhões maiores — o veículo de escolha na América rural — foram atingidos de forma ainda mais dramática.⁵⁹

O comércio é geralmente um ganha-ganha para ambos os participantes. Tarifas são um jogo perde-perde-perde, com o aumento de tarifas perdendo bens acessíveis, o alvo de tarifas perdendo exportações e o aumento de tarifas perdendo novamente com tarifas retaliatórias. Tarifas também têm um custo oculto adicional negligenciado: as empresas redirecionam recursos para evitar tarifas redesenhando produtos, mudando para fornecedores mais caros, usando materiais de qualidade inferior e fazendo lobby. Isso pode ser bom para advogados, mas é ruim para a economia. Esses recursos poderiam ter sido usados para fazer um produto melhor mais barato.

Projeto de Transição Presidencial 2025

Os conservadores alertaram contra retaliações desde o início: foi exatamente o que aconteceu depois da greve Smoot-Hawley de 1930 que agravou a Grande Depressão.⁶⁰

Desfazendo a Normalização do Protecionismo. A inércia é uma das forças mais fortes na política. Novas políticas radicais podem se tornar o novo normal muito rapidamente e são extremamente difíceis de desfazer se saírem pela culatra. Isso aconteceu com a virada progressiva do governo Trump em relação ao protecionismo. O governo Biden rapidamente desfez as reformas regulatórias conservadoras do governo Trump, mas deixou suas políticas comerciais progressivas e autodestrutivas em vigor — em muitos casos, até mesmo as fortalecendo.

Dois administrações presidenciais são muito tempo na política, e a próxima administração conservadora terá dificuldade em obter alívio tarifário por meio de uma burocracia que não gosta de mudanças e interesses especiais que lutarão arduamente para preservar seus privilégios especiais. Mas, dadas as apostas para a futura prosperidade americana, valerá a pena.

Lidando com a Disrupção. É verdade que o comércio é disruptivo. Embora seu efeito de longo prazo sobre o emprego seja aproximadamente zero, no curto prazo ele pode custar empregos e até mesmo despovoar cidades.⁶¹ A resiliência dos Estados Unidos depende de sua capacidade de se ajustar, mas a adaptação bem-sucedida e oportuna é geralmente espontânea por natureza — o trabalho da ação humana, mas não do design humano. O ajuste planejado pelos governos tem um histórico muito pior.

O contexto também é importante para os esforços de ajuste. A mudança tecnológica custa aproximadamente seis vezes mais empregos do que o comércio (embora, novamente, apenas no curto prazo).⁶² Qualquer argumento feito contra os efeitos disruptivos do comércio se aplica ainda mais fortemente à mudança tecnológica, mas ninguém argumenta seriamente a favor da reversão das mudanças drásticas que a Internet forjou.

Mais de 11 milhões de empregos americanos são rotacionados por meio de contratações, demissões, aposentadorias, dispensas e demissões todos os meses,⁶³ e quase 85% de todos os empregos são rotacionados no decorrer de um ano. No entanto, a América sofreu apenas quatro surtos de desemprego de dois dígitos durante o século passado. Dois deles, a Grande Depressão e a queda da estagflação dos anos 1970, foram devido à má gestão monetária, não ao comércio.⁶⁴ O terceiro, a Grande Recessão, foi devido a uma crise financeira agravada pela má gestão monetária, não ao comércio.⁶⁵ O quarto foi devido aos bloqueios da COVID-19, não ao comércio.⁶⁶

Usar restrições comerciais para desacelerar essa rotatividade é um erro por dois motivos: (1) o comércio é, na melhor das hipóteses, um contribuinte menor para a rotatividade de empregos em comparação a outros fatores como tecnologia, mudanças nos gostos dos consumidores, inflação e ciclos de negócios, e (2) a rotatividade é evidência de uma economia saudável. Economias agrícolas têm baixa rotatividade de empregos e baixos padrões de vida.

Quando as pessoas veem melhores oportunidades, elas devem ter permissão para persegui-las. Fazer o contrário abrandando o crescimento econômico, prejudica a dignidade individual e remove

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

humanidade de nossas políticas e pode contribuir para males sociais como depressão, dependência e isolamento.

O ajustamento comercial poderia ser facilitado por reformas regulamentares para eliminar a sua atrito associado. Isso inclui:

I Regras de zoneamento e permissão menos restritivas;

I Reforma do licenciamento ocupacional;

I Pôr do sol automático para novas regulamentações; e

I Uma Comissão de Redução Regulatória nomeada pelo presidente que examinaria o Código de Regulamentações Federais a cada ano e enviaria pacotes de revogação ao Congresso que incluem regulamentações antigas, obsoletas, redundantes e prejudiciais.⁶⁷

Pessoas que precisam de ajuda devem poder obtê-la. Políticas comerciais progressivas ajudam apenas interesses especiais, enquanto prejudicam as próprias pessoas que supostamente deveriam ajudar.

Assistência de Ajuste Comercial. A assistência de ajuste comercial é uma política popular para ajudar trabalhadores deslocados. Embora falha, é uma ferramenta de barganha que pode potencialmente ajudar a obter uma política comercial sólida adotada. Uma Administração conservadora deve abordar a assistência de ajuste comercial com cautela e usá-la como uma ferramenta de barganha política de último recurso e não como uma política de primeiro recurso. O financiamento para programas de treinamento profissional e similares normalmente encontrará seu caminho para fundos secretos de sindicatos, organizações sem fins lucrativos de esquerda e outras causas progressistas que não necessariamente ajudarão os trabalhadores deslocados.

Uma abordagem melhor para assistência de ajuste comercial, se ela tiver que ser expandida, são as transferências diretas de dinheiro. Isso não só evitaria o sequestro progressivo de programas e seu financiamento, mas o dinheiro é o tipo mais flexível de ajuda. Ele trata as pessoas como adultas e as deixa fazer suas próprias escolhas sobre seus próximos passos. As principais decisões da vida devem ser tomadas por indivíduos para si mesmos, não para eles em Washington.

A assistência ao ajuste comercial deve tratar os trabalhadores que perdem seus empregos para o comércio internacional da mesma forma que os trabalhadores que perdem seus empregos por qualquer outro motivo são tratados. Embora isso provavelmente não aconteça no futuro próximo, passos nessa direção são possíveis. A mudança tecnológica desloca seis vezes mais trabalhadores do que o comércio desloca, mas os trabalhadores deslocados pela tecnologia não recebem tratamento especial. Nem deveriam. O desemprego continua baixo porque cresce junto com a população, e os salários reais continuam a aumentar ao longo do tempo. Os trabalhadores deslocados pelo comércio devem ser elegíveis para os mesmos benefícios aos quais qualquer outra pessoa é elegível, nem mais nem menos.

Projeto de Transição Presidencial 2025

Lições da cadeia de suprimentos do desastre da fórmula para bebês. O protecionismo cria fraquezas nas cadeias de suprimentos. Isso foi demonstrado vividamente pela escassez de fórmula para bebês, que pode ter atingido o pico em 2022, mas continua sendo uma preocupação constante.

Os produtores nacionais de fórmulas infantis se beneficiam de uma tarifa de décadas que tem uma média de 17%, o que é efetivamente alto o suficiente para excluir as importações do mercado. Como se as tarifas não fossem suficientes, outros requisitos também ajudam a manter a concorrência fora do mercado: requisitos de rotulagem em constante evolução e padrões nutricionais que (convenientemente para os fabricantes nacionais) são sempre ligeiramente diferentes dos padrões internacionais. Como resultado, antes da escassez de fórmulas em 2022, aproximadamente 98% das fórmulas infantis do país eram produzidas domesticamente.

Com a concorrência estrangeira fora do caminho, outras políticas governamentais ajudaram a concentrar quase toda a indústria doméstica de fórmulas em quatro empresas. Cerca de 40% das compras de fórmulas para bebês são feitas por programas estaduais de assistência alimentar, que normalmente não permitem que as famílias escolham suas próprias marcas de fórmulas. Em vez disso, elas devem comprar de um único produtor, o que garante aos produtores grandes fatias de mercado nos estados onde ganham contratos. Essa situação dá aos produtores titulares uma existência confortável, mas coloca os consumidores em risco. Como todas as políticas protecionistas, os benefícios são concentrados nas mãos de alguns produtores, enquanto os custos e riscos são amplamente distribuídos.

Com tantos ovos em tão poucas cestas, sempre que algo dá errado — o que é inevitável mesmo quando ninguém tem culpa — as famílias se veem em dificuldades. Isso aconteceu no início de 2022, quando a contaminação entrou em uma instalação de Michigan que produz cerca de 40% da fórmula infantil dos Estados Unidos. O protecionismo comercial praticamente eliminou outras opções para muitos pais, que de repente encontraram prateleiras vazias e preços altíssimos para um item essencial que muitos deles já estavam lutando para pagar — enquanto famílias em outros países não foram afetadas.

Em resposta, o Congresso aprovou o Formula Act68 no verão de 2022. O ato facilitou as tarifas de fórmula e afrouxou os requisitos de rotulagem nunca necessários e outras restrições de importação, mas foi temporário. Ele expirou no final de 2022, deixando as famílias ainda vulneráveis às consequências em cascata que ocorrem se uma coisa der errado em apenas uma planta.

O desastre das fórmulas para bebês tem duas lições para o próximo governo.

I A Administração precisa atacar a raiz do problema. Projetos de lei temporários de conserto são melhores do que nada, mas deixam a podridão no lugar. O Presidente precisa encorajar uma liberalização ousada.

I A força vem da abertura. No mundo real, os mercados falham. As fábricas serão contaminadas, e os inspetores de saúde nem sempre serão tão completos quanto deveriam ser. O mercado de fórmulas para bebês é essencialmente um experimento natural em política industrial autossuficiente. Quando algo deu errado, aquele único

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

ponto de falha quebrou todo o sistema. Não deveria ser assim, e o próximo presidente pode mudar isso.

Parte do problema é que a própria analogia da cadeia de suprimentos causa um pensamento desleixado. Em uma cadeia, um elo é conectado apenas ao elo à sua frente e ao elo atrás dele e não a nenhum outro elo. As cadeias de suprimentos do mundo real são mais como redes nas quais cada ponto se conecta diretamente a inúmeros outros e raramente está a mais de seis graus de separação de quase qualquer lugar na Terra. Como as falhas de mercado acontecem o tempo todo, é importante ter o máximo de conexões possível. Os americanos precisam ter acesso a mais maneiras de se adaptar e redirecionar em torno de pontos de falha, especialmente para produtos essenciais como fórmulas para bebês.

O protecionismo comercial nos torna mais vulneráveis, mas o livre comércio torna nossas famílias e comunidades mais resilientes. Afrouxar restrições semelhantes às que impedem o mercado de fórmulas infantis tornaria mais fácil navegar por crises futuras, ao mesmo tempo em que previne as tomadas de poder progressivas e rentistas que vêm com cada crise, seja ela tão isolada quanto uma escassez de fórmulas infantis ou tão expansiva quanto uma pandemia.

Reconhecimento mútuo. Uma maneira simples de reduzir o atrito nas redes de fornecimento é o reconhecimento mútuo dos padrões regulatórios de outros países industrializados. Isso pode ser feito em um acordo comercial maior ou de forma independente. Para fórmulas infantis, isso significaria permitir marcas que atendem aos padrões da União Europeia, mesmo que não atendam aos requisitos de rotulagem da Food and Drug Administration (FDA). As necessidades nutricionais dos bebês não mudam entre fronteiras. Se uma fórmula é considerada saudável para bebês europeus, então também é saudável para bebês americanos. O inverso é igualmente verdadeiro.

O reconhecimento mútuo poderia ajudar a abrir novos mercados para produtores americanos em inúmeras indústrias e dar aos consumidores americanos acesso a inúmeros novos produtos em termos mais competitivos. Por exemplo, as regulamentações dos EUA exigem que os cabos de energia das máquinas de lavar tenham pelo menos seis pés de comprimento, enquanto o Reino Unido exige que tenham pelo menos dois metros.⁶⁹ A diferença (cerca de seis polegadas) não afeta nem a segurança nem o desempenho, mas mantém as máquinas de lavar de fabricação americana fora de um importante mercado estrangeiro. Uma política de reconhecimento mútuo contornaria o problema.

Dado o interesse recente no aumento da fiscalização antitruste, os conservadores devem adotar políticas como o reconhecimento mútuo, que têm o duplo benefício de aumentar a concorrência no mercado e, ao mesmo tempo, diminuir a pegada regulatória do governo.

Os EUA devem promulgar acordos de reconhecimento mútuo para uma ampla variedade de produtos com o Reino Unido, União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Austrália e outros governos com altos padrões comparáveis aos nossos. Isso teria benefícios especialmente grandes para os produtos farmacêuticos, porque o processo de aprovação de medicamentos da FDA nos Estados Unidos é mais lento e mais caro do que os de outros países, sem ser mais seguro. Os americanos teriam acesso a mais medicamentos de menor custo.

Projeto de Transição Presidencial 2025

tratamentos, e as empresas farmacêuticas americanas poderiam reduzir os custos de desenvolvimento e inovar mais rapidamente, obtendo acesso a mais mercados, ao mesmo tempo em que reduziam os preços.

A Lei Jones. A Lei Jones (Lei da Marinha Mercante de 1920)⁷⁰ exige que os navios que viajam entre portos dos EUA sejam construídos nos EUA, de propriedade dos EUA e tripulados pelos EUA. Na prática, esta é uma política de “América por último” que dizimou a indústria marítima americana.⁷¹ Por causa das regulamentações do Jones Act, os navios construídos nos Estados Unidos costumam de três a quatro vezes mais para serem construídos do que os navios construídos no exterior. Como resultado, toda a frota do Jones Act está reduzida a apenas 92 navios, muitos dos quais são velhos e obsoletos. Na verdade, o transporte em conformidade com o Jones Act é tão caro que muitas vezes é mais barato para os portos da Costa Leste importar petróleo da Rússia de Vladimir Putin do que enviá-lo para a costa de Houston ou Nova Orleans. As implicações da segurança nacional (para não falar da segurança energética) da dependência da Rússia para petróleo e gás são óbvias.

As justificativas originais de segurança nacional do Jones Act são igualmente duvidosas. O objetivo do ato era garantir uma frota considerável de navios americanos que pudessem ser colocados em serviço de guerra se necessário. Porta-aviões e outras inovações navais pós-1920 tornaram esse argumento obsoleto. Um orçamento de defesa de US\$ 800 bilhões tem espaço de sobra para manter uma Marinha para defender os interesses de segurança americanos ao redor do mundo.

A Marinha dos EUA provavelmente preferiria não usar navios do Jones Act de qualquer maneira, porque eles tendem a ser mais antigos e estar em piores condições do que seus próprios navios ou navios comerciais similares de fabricação estrangeira, mas de propriedade nacional, que também poderiam ser colocados em serviço.

Assim como muitas outras indústrias, a construção naval dos EUA poderia ser a inveja do mundo se pudesse operar em um mercado livre, mas o lobby marítimo prefere uma existência tranquila e aconchegante no seguro-desemprego, mesmo que isso prejudique os consumidores americanos e a segurança nacional. A próxima Administração conservadora deve liberar o potencial americano promulgando unilateralmente isenções do Jones Act onde for permitido, como acontece atualmente na maioria dos anos durante a temporada de furacões, e trabalhando com o Congresso para revogar o Jones Act.

Comércio e inflação. O pico de inflação pós-COVID pode acabar muito antes que a próxima Administração assuma o poder, mas mantê-lo sob controle deve continuar sendo uma alta prioridade. Os comerciantes livres não devem exagerar dizendo que a liberalização resolveria a inflação. A inflação é predominantemente um fenômeno monetário, não um fenômeno comercial, mas o alívio tarifário pode ajudar na margem, reduzindo imediatamente os preços de bens tarifários e impulsionando ligeiramente o crescimento de longo prazo.⁷² Embora isso não afete a oferta de moeda, que é a variável-chave da inflação, mesmo a reversão das tarifas promulgadas desde 2017 provavelmente teria um efeito positivo no Índice de Preços ao Consumidor.

A maneira mais fácil de conter a inflação (ou criá-la) é o Federal Reserve trabalhar o lado monetário da equação, mas o lado da produção real tem um efeito semelhante nos preços. Levantar barreiras comerciais é uma maneira de aumentar a produção. Também tem o benefício adicional de não exigir gastos adicionais. No mínimo, isso pode tornar o trabalho do Federal Reserve mais fácil, pois os excessos de gastos do Congresso e do presidente Biden continuam inabaláveis nos próximos anos.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

É importante não exagerar os benefícios da inflação do comércio como uma cura para tudo, mas, na margem, pode ajudar. A próxima Administração deve ter isso em mente ao tentar lidar com essa questão politicamente volátil.

Comércio e Política Externa. Vimos como a liberalização comercial impulsionaria a economia doméstica e tornaria os negócios americanos mais competitivos, mas as políticas comerciais conservadoras também beneficiam os interesses da política externa dos Estados Unidos. Os formuladores de políticas devem, portanto:

I Negociar acordos comerciais multilaterais e bilaterais.

I Reformar a Organização Mundial do Comércio ou construir uma organização sucessora com filiação limitada às democracias liberais.

I Revogar a Lei Jones para substituir as importações de energia russas pela produção nacional.

I Desenvolver uma política multifacetada e de longo prazo para a China que leve a sério
A maior ameaça à política externa dos Estados Unidos e lida com ela em diversas frentes.

Segurança Nacional. Os argumentos mais persuasivos contra uma política comercial orientada para o mercado vêm de outro objetivo nacional: a segurança nacional. O protecionismo e políticas progressivas semelhantes tendem a enfraquecer a segurança americana, mas o comércio cria paz. Quanto mais os países comercializam, menos provável é que lutem entre si e mais robustas serão suas redes de suprimentos. Entrar em guerra com os clientes é ruim para os negócios.

Sem um forte interesse econômico em investimentos e exportações contínuos dos EUA, por exemplo, o comportamento da China provavelmente se tornaria cada vez menos previsível e mais perigoso. Qualquer um que pense que o Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), Xi Jinping, e o governo em Pequim são maus atores agora — o que eles são — deve considerar o que aconteceria se os chineses convencessem países liberais como os Estados Unidos a se desvincularem deles, deixando-os livres para perseguir quaisquer políticas que desejarem sem o contrapeso significativo que a América pode fornecer.

Essa é uma das razões da ênfase de Xi Jinping na centralização e na autossuficiência. eficiência. Ele não gosta de pressão internacional sobre as violações de direitos humanos e políticas comerciais de má-fé de seu governo, e se desvincular de parceiros comerciais como a América é uma maneira de evitar essa pressão. Uma China menos restrita seria mais pobre, mas muito mais instável e perigosa para seus vizinhos e para a América do que seria se ainda tivesse que se envolver regularmente com o resto do mundo.

Autoridade de Promoção Comercial. Acordos comerciais podem levar anos para serem negociados. Uma maneira de acelerar o processo é o Congresso conceder ao Presidente a Autoridade de Promoção Comercial (TPA). Foi concedida pela primeira vez sob a Lei de Comércio de 1974, que

Projeto de Transição Presidencial 2025

contém as delegações tarifárias das Seções 201 e 301. O TPA, então chamado de fast-track, auxiliou vários acordos comerciais, incluindo o NAFTA e o USMCA, que entraram em vigor em 2020. O TPA já expirou antes durante períodos lentos na política comercial, mais recentemente em julho de 2021, e continua extinta até hoje.

O Presidente deve trabalhar com o Congresso para renovar o TPA e racionalizar as negociações para os próximos acordos comerciais com o Reino Unido, a União Europeia e outros.

Tanto os apoiadores quanto os críticos têm perguntas sobre as implicações do TPA para a separação constitucional de poderes, e os formuladores de políticas devem levar essas perguntas a sério. Do jeito que as coisas estão atualmente, o Congresso tem alguns poderes de supervisão sobre as negociações do Presidente sob o TPA, mas eles são limitados. O Congresso pode aumentar sua supervisão aprovando uma nova legislação que substitua as disposições relevantes do Trade Act de 1974. No entanto, essa é uma faca de dois gumes. Um Congresso que favorece amplamente o livre comércio poderia exercer supervisão para manter o Presidente no caminho certo nas negociações comerciais. Um Congresso progressista, em vez disso, insistiria que o Presidente negociasse o máximo possível de disposições não relacionadas ao comércio para beneficiar os eleitores trabalhistas e verdes, ao mesmo tempo em que pressionava políticas progressistas sobre os EUA e seus parceiros comerciais.

No balanço, uma única voz na mesa de negociação que esteja sujeita à supervisão do Congresso é a melhor postura para os trabalhadores e consumidores americanos. Um Congresso fragmentado ainda precisa demonstrar capacidade de negociar com outras nações, mas pode ajudar a responsabilizar a Administração.

Acordos comerciais com o Reino Unido, União Europeia e outros. Mesmo com um TPA renovado, as negociações de acordos comerciais provavelmente levarão anos. As administrações Trump e Biden não estavam inclinadas a iniciar o processo, então esse trabalho pode muito bem cair para a próxima administração. Nesse sentido, os atrasos podem acabar valendo a pena.

Se há uma estrela-guia a seguir, é restringir esses acordos **apenas a questões comerciais**. Desde o NAFTA, disposições não relacionadas ao comércio assumiram um papel maior nos acordos comerciais. Elas criam pontos de atrito e são rotineiramente sequestradas por interesses especiais em busca de renda e ideólogos progressistas que exigem subsídios, exclusões e padrões trabalhistas e ambientais economicamente distorcidos que não têm nada a ver com comércio. Se os governos devem negociar essas questões, eles devem fazê-lo em acordos separados para que não torpedeiem os esforços de liberalização e engajamento com aliados. Os acordos comerciais devem aliviar os fardos, não criar novos ao tentar abordar questões não comerciais.

Líderes políticos nos Estados Unidos e no Reino Unido, incluindo especialistas da Heritage Foundation e do Competitive Enterprise Institute, prepararam um modelo de acordo comercial seguindo essas linhas.⁷³ Junto com a renovação do TPA, isso reduziria muito os custos de negociação. Este modelo também é facilmente adaptável para acordos com a Europa e quaisquer outros aliados que estejam dispostos a

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

liberalizar suas economias e construir uma aliança mais forte com a América. O rascunho do acordo EUA-Reino Unido inclui um capítulo de adesão para permitir que outros se juntem nos mesmos termos.

Restaurando ou Substituindo o Processo de Resolução de Disputas da OMC. A Organização Mundial do Comércio como a conhecemos pode ser mortalmente ferida. Isso priva os EUA do processo de resolução de disputas da OMC, sob o qual os EUA ganharam 85 por cento dos casos que trouxeram. A morte lenta da OMC começou sob a Administração Obama, que se recusou a permitir nomeações para o conselho de apelação da OMC, que, como consequência, agora não é funcional. Tanto a Administração Trump quanto a Biden continuaram a abordagem da Administração Obama.

Isso significa que todos os casos no processo de resolução de disputas serão interrompidos à medida que as partes apresentarem recursos que não podem ser ouvidos. Se a OMC não for mais adequada para esse propósito, pode ser melhor olhar em uma direção diferente. Mais de 20 anos atrás, um membro sênior da Heritage Foundation propôs que a América e outras economias livres formassem uma Aliança Global de Livre Comércio que fosse aberta a todos os países que aderissem a um sistema de mercado verdadeiramente livre com salvaguardas apropriadas, como direitos de propriedade, ausência de corrupção e execução de contratos.⁷⁴ Junto com um acordo geral sobre tarifas baixas a zero, a aliança se moveria para reduzir o efeito de barreiras não tarifárias (como as barreiras de ingredientes e rotulagem de fórmulas para bebês mencionadas anteriormente) baseando o comércio em torno do princípio do reconhecimento mútuo.

Tal aliança poderia ser iniciada por um acordo comercial entre os Estados Unidos e, por exemplo, o Reino Unido, com um capítulo de adesão permitindo que outros se juntem se atenderem aos critérios.

Seria essencial para uma Aliança Global de Livre Comércio evitar o problema mais sério da OMC: as isenções de suas regras que são concedidas a países em desenvolvimento. Quando a China entrou para a OMC em 2001, recebeu o status de nação em desenvolvimento, que continua a usar para se esquivar de regras que deveriam se aplicar a ela. Outros países usaram esse status para atrasar reformas necessárias. Isenções de regras dão a alguns países um incentivo perverso para permanecerem pobres e autocráticos.

Uma Aliança Global de Livre Comércio permitiria que os EUA desfrutassem dos benefícios de um sistema de comércio internacional baseado em regras sem as deficiências da OMC. Os custos de negociação seriam menores porque os países já seriam aliados em muitas questões. Além disso, não haveria níveis separados com regras diferentes, e isso daria aos países em desenvolvimento um incentivo para liberalizar. Além de ser bom por si só, a liberalização daria a eles entrada em um clube de prestígio que pendia para a órbita da América e para longe da China.

Fechando o Export–Import Bank. O Export–Import Bank (EXIM) é um exemplo incomumente claro de quão vulnerável o protecionismo comercial é a ser sequestrado por interesses especiais.⁷⁵ Na maioria dos anos, cerca de metade dos negócios do EXIM beneficia uma única empresa, a Boeing. O relacionamento deles é tão íntimo que o apelido do EXIM em Washington é “o Banco da Boeing”.

Projeto de Transição Presidencial 2025

Ao contrário da maioria das outras agências, a EXIM tem um estatuto que expira. O Congresso deve renová-lo periodicamente, ou então a agência fechará permanentemente. Seu estatuto atual expira no final de 2026. Fechar esta agência legada da era do New Deal seria uma vitória conservadora em várias frentes. Também é uma batalha vencível: o Congresso só precisa não fazer nada.

Os conservadores têm razões econômicas e de política externa para se opor ao EXIM. O EXIM tem uma longa história de fornecer financiamento para governos autoritários na China, Rússia e Oriente Médio que frequentemente se opõem aos interesses da política externa dos EUA, e seus acordos frequentemente se opõem aos interesses econômicos dos EUA. O financiamento do EXIM também prejudica as companhias aéreas nacionais. Muitos acordos de financiamento do EXIM permitem que companhias aéreas estatais estrangeiras comprem jatos Boeing com desconto. Essas companhias aéreas estrangeiras, subsidiadas pelo governo dos EUA, competem diretamente com as companhias aéreas dos EUA em rotas internacionais.

Mais recentemente, a Administração Biden expandiu a missão do EXIM para promover metas políticas progressivas, incluindo limites de financiamento para projetos que envolvam combustíveis fósseis ou contribuam para as mudanças climáticas, tratamento preferencial para projetos de energia renovável e cotas para projetos que beneficiem empresas de propriedade de mulheres e minorias. Tudo isso pode aumentar as taxas de inadimplência do EXIM, colocando o dinheiro dos contribuintes em risco.

O argumento mais forte a favor do EXIM é que ele impulsiona as exportações dos EUA ao financiar projetos que, de outra forma, nunca receberiam financiamento. Agora temos evidências de que esse argumento é falso: o EXIM não financia exportações adicionais; em vez disso, ele substituiu amplamente outras formas de financiamento de exportação que ocorreriam de qualquer maneira.

A autorização da EXIM expirou em 2014–2015 devido à oposição conservadora à renovação de seu estatuto. Durante esse lapso, a EXIM manteve seu portfólio existente, mas não conseguiu assumir novos negócios. A Boeing não relatou problemas para encontrar financiamento alternativo e até mesmo relatou lucros recordes durante o lapso da EXIM enquanto trabalhava para cumprir um backlog de pedidos de sete anos.⁷⁶

O EXIM ostenta uma taxa de inadimplência extremamente baixa, mas isso se deve ao viés de seleção. O EXIM assume esmagadoramente projetos de baixo risco que bancos privados ficariam felizes em financiar, embora isso possa mudar um pouco com os mandatos da era Biden do EXIM para financiar projetos climáticos e outros projetos focados em políticas.

O EXIM também é um exemplo clássico de captura regulatória.

I Tem um longo histórico de acordos com governos autoritários.

I Subsidiaria concorrentes estrangeiros diretos de empresas nacionais.

I Foi sequestrado por progressistas para promover suas políticas climáticas e outras preferidas.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

I Seus beneficiários provaram que podem obter financiamento adequado de bancos privados.

O estatuto do EXIM expira no final de 2026. A agência fechará automaticamente, a menos que o Congresso e o Presidente decidam estendê-lo. Fechar o EXIM deve ser uma das decisões mais fáceis da próxima Administração.

Adotando uma estratégia multifacetada para a China. Uma política americana eficaz em relação à China precisa ter uma visão realista do país, seus líderes, seus pontos fortes e os sérios desafios que eles enfrentam. Deve ser abrangente e flexível. Um PCC ameaçado é perigoso, talvez agora mais do que em qualquer outro momento desde Mao Tse-Tung, já que Xi Jinping continua a usar táticas de braço forte para consolidar seu poder e ameaças para desafiar a ordem internacional.

Ao mesmo tempo, as recentes revelações sobre as estatísticas oficiais da China que exageram o seu PIB em 30 por cento acompanham bem outros problemas que já eram conhecidos.⁷⁷ Isso inclui uma das piores curvas de envelhecimento demográfico do mundo, graças à política de filho único da China; uma população que pode já estar em declínio; uma dívida insustentável que já está causando problemas; inúmeros projetos fracassados, desde cidades vazias até sua decepcionante Iniciativa do Cinturão e Rota, que estão desperdiçando recursos significativos; a virada autoritária de Xi Jinping; o aumento do controle estatal da economia; e uma política de COVID zero que sabotou a economia e afastou o investimento estrangeiro.⁷⁸

A América tem seus problemas, mas está em melhor forma do que a China em quase todas as medidas, especialmente no longo prazo. Embora os fatos no terreno devam inocular a próxima Administração contra o mais estridente alarmismo da China que circula na mídia e em Washington, isso não significa que o governo em Pequim não seja uma ameaça aos interesses americanos. A questão é: o que devemos fazer sobre isso?

Uma política séria para a China exigirá que os formuladores de políticas americanos integrem doutrinas, prerrogativas institucionais, expertise e objetivos realistas. Burocracias tradicionais de nível de gabinete, como as dos Departamentos de Defesa, Estado e Comércio, precisarão trabalhar juntas para buscar uma estratégia americana abrangente. Dezenas de políticas incrementais e estreitamente direcionadas são necessárias. Elas não darão bons soundbites em notícias a cabo, e muitas operarão lentamente e fora da vista da maioria dos ciclos de notícias, mesmo quando o progresso for feito.

Uma política eficaz para a China também deve permitir adaptação porque o PCC não ficará de braços cruzados. À medida que as pessoas reagem aos desenvolvimentos, a América precisa de opções flexíveis. O isolacionismo comercial é inerentemente inflexível porque reduz o número de pontos de contato com a China.

Essa é uma proposta política mais difícil do que lamentações simplistas e barulhentas, mas fazer um esforço extra para resolver esses difíceis problemas de coordenação é vital para os interesses dos Estados Unidos. O comércio e o envolvimento com a China são necessários se quisermos conter as ameaças que a China representa para seus vizinhos e para os EUA. O próximo governo deve:

Projeto de Transição Presidencial 2025

I Acabar com o estatuto da China como país em desenvolvimento na OMC e noutros países

organizações internacionais. A China é uma economia de manufatura avançada e deve ser tratada como tal, mesmo que suas instituições políticas e legais permaneçam as de uma nação em desenvolvimento, para evitar que explore seu status para ganhar privilégios especiais.

I Use um alvo, não um cobertor.

Deve haver ações contra empresas chinesas que são conhecidas por terem se envolvido em práticas comerciais desleais, como roubo de propriedade intelectual. Em vez de tarifas gerais ou barreiras não tarifárias voltadas para setores inteiros da indústria chinesa, as empresas que agem de má-fé devem ser alvos individuais. Essa política foi empregada com bons resultados no início da Administração Trump, mas foi abandonada em favor de uma política de tarifas gerais menos eficaz.

I Reintegrar-se à Parceria Transpacífica.

Sair do acordo da Parceria Transpacífica pode ter sido o maior erro de política comercial da Administração Trump. O TPP já foi negociado e teria fortalecido uma aliança contra a China, incluindo a maioria de seus maiores parceiros comerciais no Leste Asiático e nas Américas. A saída dos Estados Unidos criou tensões e lutas internas, distraindo os EUA e seus aliados do objetivo em questão: combater a China. Os outros 11 países do TPP continuam, sem contribuição ou influência americana, sob o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPATPP) para desenvolver uma estrutura institucional moderna para conter o imperialismo comercial chinês.

Retornar a essa aliança deve ser uma prioridade máxima na política da próxima Administração conservadora para a China. As negociações de adesão provavelmente serão difíceis, dado que o CPATPP suspendeu várias cláusulas que eram importantes para os Estados Unidos (como disposições relacionadas a patentes e aspectos da resolução de disputas entre investidores e Estados) quando os EUA saíram do acordo TPP em 2017.

A pressão diplomática e econômica contra Pequim será mais efetiva quando seus maiores parceiros comerciais trabalharem em conjunto. Os diplomatas de Pequim terão dificuldade em empregar uma política de dividir para conquistar contra uma frente unida do tipo que o TPP oferece.

I Refocalizar o Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade no comércio.

O presidente Biden iniciou o processo para criar o IPEF em 2022, mas qualquer acordo provavelmente ainda estará em negociação quando a próxima Administração assumir o poder. O IPEF é semelhante ao TPP, mas seus membros

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

países são principalmente vizinhos da China na Ásia. Como o TPP, ele busca criar uma aliança para empurrar a China em direção ao estado de direito, mas a Administração Biden até agora deixou o comércio completamente fora do acordo. Em vez disso, as negociações do IPEF estão se concentrando inteiramente em questões não comerciais, como clima e política trabalhista — questões que dão aos progressistas oportunidades de impor suas políticas a outros países e fornecem oportunidades de busca de renda para sindicatos e empresas politicamente conectadas em energia renovável e outras indústrias favorecidas.

O IPEF tem o potencial de ser uma ferramenta diplomática poderosa que ajuda a trazer países para a órbita da América e para longe da China. A abordagem chauvinista de Pequim à política externa alienou a maioria dos vizinhos e aliados da China. Eles seguem adiante porque não têm alternativas. O IPEF e o TPP podem oferecer a eles uma saída e tornar mais fácil para os vizinhos menores da China se defenderem em uma frente unida à medida que se movem em direção a instituições no estilo americano que protegem as liberdades civis, políticas e econômicas.

O IPEF poderia fazer tudo isso, assim como o TPP, mas atualmente a América não tem voz no TPP, e o IPEF corre o risco de se tornar pouco mais do que outra ferramenta que os progressistas podem usar para forçar sua lista de desejos de políticas em países que não a querem. Da perspectiva dos membros do IPEF, a abordagem do governo Biden é pouco diferente da de Pequim. O próximo governo pode dar aos vizinhos da China uma escolha melhor ao reorientar o IPEF para o comércio, abandonando a maioria de suas questões não comerciais e transformando-o em um fórum para promover a democracia e fortalecer alianças, ao mesmo tempo em que pressiona Pequim a fazer as reformas necessárias.

I Jogue o jogo longo. Levou duas gerações para vencer a Guerra Fria, e houve muitas razões para esse sucesso. O fato de que a economia planejada é inerentemente inferior ao capitalismo de livre mercado desempenhou um papel. Assim como a pressão diplomática, militar e econômica de países livres. Mas a cultura foi igualmente importante, e não veio de nenhum governo.

Jeans azul e rock 'n' roll ajudaram a vencer a Guerra Fria tanto quanto qualquer política deliberada. Assim como imagens de moda e prosperidade em filmes e programas de televisão americanos como *Dallas*.

Esses processos informais de baixo para cima também desempenharão um papel vital para ajudar a transformar a China de uma ameaça autoritária em uma potência mais livre e menos hostil. Levará muito tempo, e o processo lento ganhará poucas manchetes, mas pode funcionar. Uma Administração conservadora apoiará os esforços de americanos comuns para se envolverem com chineses comuns por meio de redes sociais,

Projeto de Transição Presidencial 2025

Memes da internet, moda, filmes, programas de intercâmbio estudantil, turismo e muito mais. Os líderes da China estão determinados em seus caminhos, especialmente com Xi Jinping presumivelmente agora no poder vitalício, mas a geração mais jovem é mais aberta do que seus pais eram — mais individualista e aberta a mudanças.

O alcance efetivo ao povo chinês precisará da mesma humildade que outras políticas comerciais sólidas exigem. O alcance cultural e econômico direcionado pelo governo corre o risco de ser pesado e pode sair pela culatra. Todos os envolvidos precisam saber que o processo é geracional em escopo e não funcionará da noite para o dia. No mínimo, Washington deve ficar fora do caminho o máximo possível quando pessoas comuns querem entrar em contato umas com as outras através de divisões nacionais, linguísticas e culturais.

Cada um desses muitos componentes, de tarifas a acordos comerciais e cultura, é uma pequena parte de uma política maior da China. Muitos não chamam a atenção e não podem ser colocados em trechos sonoros. O engajamento cultural não é algo que Washington pode planejar. Os próprios problemas demográficos e de dívida da China, juntamente com o envelhecimento da liderança e o crescente descontentamento com a política zero-COVID, podem até causar um colapso interno. A política americana deve, portanto, estar preparada para enfrentar qualquer contingência.

CONCLUSÃO

Uma política comercial conservadora precisa de uma visão conservadora. As instituições fundadoras da América, baseadas no livre comércio e no empreendedorismo, fizeram da América a economia líder do mundo e ajudarão a manter a América forte ao longo do próximo século.

No entanto, recentes afastamentos desses princípios prejudicaram a economia americana e enfraqueceram alianças que são necessárias para conter ameaças da Rússia e da China. Reajustar esses princípios por meio de políticas de abertura, dinamismo e livre comércio impulsionará a economia americana, nos tornará mais resilientes contra crises e removerá oportunidades para progressistas e caçadores de renda usarem as alavancas do governo para seus próprios propósitos. Redescobrir princípios conservadores sobre política comercial e abraçar a longa história dos Estados Unidos como a principal república comercial do mundo são uma parte importante da restauração de um governo do, pelo e para o povo.

NOTA DO AUTOR: A preparação desta análise não poderia ter sido concluída sem o valioso apoio de uma pequena, robusta e íntegra comunidade de especialistas em política comercial. Entre eles, meus colegas do Competitive Enterprise Institute, Ryan Young, Iain Murray e Ivan Osorio foram essenciais. O autor é o único responsável por este relatório. Nenhuma opinião aqui contida deve ser atribuída a qualquer outro indivíduo ou instituição.

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

NOTAS DE RODAPÉ

1. Warren E. Buett e Carol J. Loomis, "America's Growing Trade Deficit Is Selling the Nation Out from Under Us. Here's a Way to Fix the Problem—And We Need to Do It Now," *Fortune*, 10 de novembro de 2003, https://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune_archive/2003/11/10/352872/index.htm (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
2. *Relatório Anual de 2017 ao Congresso da Comissão de Revisão Econômica e de Segurança EUA-China*, 115º Congresso, 1ª Sessão, novembro de 2017, p. 24, https://www.uscc.gov/sites/default/files/2019-09/2017_Annual_Report_to_Congress.pdf (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
3. Português JayEtta Z. Hecker, Diretora Associada, Relações Internacionais e Questões Comerciais, Divisão de Segurança Nacional e Assuntos Internacionais, US Government Accountability Office, "Comércio da China: Membro da OMC e Status de Nação Mais Favorecida", Testemunho perante o Subcomitê de Comércio, Comitê de Meios e Recursos, Câmara dos Representantes dos EUA, GAO/T-NSIAD-98-209, 17 de junho de 1998, p. 1, <https://www.gao.gov/assets/t-nsiad-98-209.pdf> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
4. Comunicado de imprensa, "US Trade in International Goods and Services, December and Annual 2022." Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of Economic Analysis, 7 de fevereiro de 2023, <https://www.bea.gov/news/2023/us-international-trade-goods-and-services-december-and-annual-2022> (acessado em 25 de fevereiro de 2023); "Tabela 1. US International Trade in Goods and Services: Exports, Imports, and Balances," Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of Economic Analysis, última atualização em 3 de novembro de 2022, <https://www.bea.gov/sites/default/files/2022-11/trad-time-series-0922.xlsx> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
5. Departamento de Estado dos EUA, "Folha de dados: atividade no Instituto de Virologia de Wuhan", 15 de janeiro de 2021, <https://2017-2021.state.gov/fact-sheet-activity-at-the-wuhan-institute-of-virology/index.html> (acessado em 25 de fevereiro de 2023); Relatório Interino, *Uma Análise das Origens da Pandemia da COVID-19*, Minority Oversight Sta, Comitê de Saúde, Educação, Trabalho e Pensões, Senado dos EUA, outubro de 2022, https://www.help.senate.gov/imo/media/doc/report_an_analysis_of_the_origins_of_covid-19_102722.pdf (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
6. Barmini Chakraborty, "A China sugere negar aos americanos medicamentos que salvam vidas contra o coronavírus", Fox News, 13 de março de 2020, <https://www.foxnews.com/world/chinese-deny-americans-coronavirus-drugs> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
7. Jim Garamone, "Trump anuncia nova estratégia de segurança nacional para todo o governo", Departamento de Defesa dos EUA, 18 de dezembro de 2017, <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/1399392/trump-anuncia-nova-estrategia-de-seguranca-nacional-para-todo-o-governo/> (acessado em 26 de fevereiro de 2023).
Ênfase adicionada.
8. "Declarações do Presidente Trump no Discurso do Estado da União", Casa Branca, 5 de fevereiro de 2019, <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-state-union-address-2/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
9. Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos: Estimativa de Efeitos de Déficit Comercial e Emprego*, maio de 2019, https://www.wsj.com/public/resources/documents/RTAReport.pdf?mod=article_inline (acessado em 26 de fevereiro de 2023); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, "Trade Analysis Information System", [https://databank.worldbank.org/source/unctad-%5E-trade-analysis-information-system-\(trains\)](https://databank.worldbank.org/source/unctad-%5E-trade-analysis-information-system-(trains)) (acessado em 26 de fevereiro de 2023); Trefor Moss, "China to Cut Import Tari on Autos to 15% from 25%", *The Wall Street Journal*, atualizado em 22 de maio de 2018, <https://www.wsj.com/articles/china-to-cut-import-tari-on-autos-to-15-from-25-1526980760> (acessado em 26 de fevereiro de 2023); EUA Comissão de Comércio Internacional, *Tabela Tarifária Harmonizada (2019 Revisão 3)*, <https://hts.usitc.gov/view/release?release=2019HTSAREV3> (acessado em 26 de fevereiro de 2023).
10. Este código é comumente usado para determinar classificações de direitos alfandegários para mercadorias internacionalmente.
11. Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos: Estimativa de Emprego & Efeitos do Déficit Comercial*, p. 15.
12. HR764, Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos, 116º Congresso, apresentada em 24 de janeiro de 2019, <https://www.congress.gov/116/bills/hr764/BILLS-116hr764ih.pdf> (acessado em 26 de fevereiro de 2023).
13. Harvard Center for American Political Studies e Harris Poll, "Monthly Harvard-Harris Poll: February 2019," https://harvardharrispoll.com/wp-content/uploads/2019/02/HHP_Feb2019_RV_topline.pdf (acessado em 26 de fevereiro de 2023).

Projeto de Transição Presidencial 2025

14. Adam Behsudi, "Duy Finds 18 Co-sponsors for Bill to Increase Trump's Trade Powers," *Político*, 24 de janeiro de 2019, <https://www.politico.com/story/2019/01/24/duy-finds-18-co-sponsors-for-bill-to-increase-trumps-trade-powers-2555509> (acessado em 26 de fevereiro de 2023).
15. ALCs como o NAFTA representam uma exceção à regra NMF incondicional da OMC e geralmente levam a tarifas que tendem a ser definidas em níveis mais recíprocos.
16. HR764, Lei de Comércio Recíproco dos Estados Unidos, § 3(b)(1) e (b)(2).
17. Damian Paletta, "Speaker Ryan Admits Defeat, Giving up on Border Adjustment Tax", *The Washington Post*, 27 de julho de 2017, <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/07/27/paul-ryan-admits-defeat-giving-up-on-border-adjustment-tax/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
18. Esta secção baseia-se em análises do Gabinete de Comércio e Política Industrial da Casa Branca, *How China's Economic Aggression Threatens the Technologies and Intellectual Property of the United States and the World*, junho de 2018, <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2018/06/FINAL-China-Technology-Report-6.18.18-PDF.pdf> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
19. Bloomberg News, "Xi's Vow of World Dominance by 2049 Sends Chill Through Markets", 26 de outubro de 2022, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-10-26/xi-s-vow-of-world-dominance-by-2049-sends-chill-through-markets?leadSource=verify%20wall> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
20. Gabinete Executivo do Presidente, Representante Comercial dos Estados Unidos, *Relatório de 2017 ao Congresso sobre a conformidade da China com a OMC*, janeiro de 2018, <https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Reports/China%202017%20WTO%20Report.pdf> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
21. Escritório de Política Comercial e de Manufatura da Casa Branca, *Como a agressão econômica da China ameaça a Tecnologias e Propriedade Intelectual dos Estados Unidos e do Mundo*.
22. *Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Médio e Longo Prazo (2006–2020): Um Esboço*, Conselho de Estado, República Popular da China, p. [55], https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Documents/National_Strategies_Repository/China_2006.pdf (acessado em 21 de março de 2023).
- Português 23. Comissão sobre o Roubo de Propriedade Intelectual Americana, *Atualização do Relatório da Comissão de PI: O Roubo de Propriedade Intelectual Americana: Reavaliações do Desafio e da Política dos Estados Unidos*, fevereiro de 2017, pp. 2, 11 e 12, http://www.ipcommission.org/report/IP_Commission_Report_Update_2017.pdf (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
24. As leis, que foram postas em prática para fins de segurança nacional, foram promulgadas sob a Lei de Controle de Exportação de Armas (AECA), 22 USC Cap. 39, §§ 2751–2756, 2761–2781, 2785 e 2791–2799aa-2, <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/22/chapter-39> (acessado em 25 de fevereiro de 2023) e a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), 50 USC Cap. 35, §§ 1701–1708, <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/50/chapter-35> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
25. Ministério da Educação, República Popular da China, "Estatísticas sobre estudos na China em 2018", <http://www.moe.gov.cn/was5/web/search?searchword=Statistics+on+Studying+in+China+in+2018&channelid=254028&page=1> (acessado em 21 de março de 2023).
26. Michael Brown e Pavneet Singh, "Estratégia de transferência de tecnologia da China: como os investimentos chineses em Tecnologias emergentes permitem que um concorrente estratégico acesse as joias da coroa da inovação dos EUA, atualizado com dados de 2016 e 2017", Defense Innovation Unit Experimental (DIUx), janeiro de 2018, [https://admin.govexec.com/media/diux_chinatechnologytransferstudy_jan_2018_\(1\).pdf](https://admin.govexec.com/media/diux_chinatechnologytransferstudy_jan_2018_(1).pdf) (acessado em 25 de fevereiro de 2023). A DIUx se descreve como "a única organização do DOD focada em acelerar a adoção de tecnologia comercial e de uso duplo para resolver desafios operacionais em velocidade e escala". Defense Innovation Unit Experimental, "About," <https://www.diu.mil/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
- Português 27. Brown e Singh, "Estratégia de transferência de tecnologia da China: como os investimentos chineses em tecnologia emergente permitem que um concorrente estratégico acesse as joias da coroa da inovação dos EUA, atualizado com dados de 2016 e 2017", p. 18.
28. Ingrid Lunden, "Huawei coloca US\$ 1 milhão em uma nova parceria de pesquisa de IA com a UC Berkeley", TechCrunch, 11 de outubro de 2016, <https://techcrunch.com/2016/10/11/huawei-puts-1m-into-a-new-ai-research-partnership-with-ucberkeley/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
29. Comunicado de imprensa, "Presidente Trump anuncia ações fortes para abordar o comércio injusto da China", Gabinete do Representante Comercial dos Estados Unidos, 22 de março de 2018, <https://ustr.gov/about-us/policy-oces/press-oces/press-releases/2018/march/president-trump-announces-strong> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

30. "From China with Love: AI, Robotics, AR/VR Are Hot Areas for Chinese Investment In US", CB Insights, 1 de agosto de 2017, <https://www.cbinsights.com/research/chinese-investment-us-tech-expert-research/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
31. "Remarks by President Obama and President Xi of the People's Republic of China in Joint Press Conference," The White House, 25 de setembro de 2015, <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-pressce/2015/09/25/remarks-president-obama-and-president-xi-peoples-republic-china-joint> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
32. Ankit Panda, "It's Official: Xi Jinping Breaks His Non-Militarization Pledge in the Spratlys," *The Diplomat*, 16 de dezembro de 2016, <https://thediplomat.com/2016/12/its-official-xi-jinping-breaks-his-non-militarization-pledge-in-the-spratlys/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
33. Comunicado de imprensa, "USTR Issues Tariffs on Chinese Products in Response to Unfair Trade Practices", Gabinete do Representante Comercial dos Estados Unidos, 15 de junho de 2018, <https://ustr.gov/about-us/policy-oces/press-occe/press-releases/2018/june/ustr-issues-tariffs-chinese-products> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
34. Yen Nee Lee, "New Consensus Reached on US-China Trade, Says Chinese Vice Premier Liu He," CNBC, atualizado em 5 de abril de 2019, <https://www.cnbc.com/2019/04/05/us-china-trade-new-consensus-reached-says-chinas-liu-he.html> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
35. Reuters, "China retrocedeu em quase todos os aspectos do acordo comercial dos EUA: fontes", CNBC, 8 de maio de 2019, <https://www.cnbc.com/2019/05/08/china-backtracked-on-nearly-all-aspects-of-us-trade-deal-sources.html> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
36. Ficha informativa, "Acordo econômico e comercial entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China", Gabinete do Representante Comercial dos Estados Unidos, 15 de janeiro de 2020, https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/phase%20one%20agreement/US_China_Agreement_Fact_Sheet.pdf (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
37. Warren Buett, "Warren Buett: Eis como eu resolveria o problema do comércio", *Fortune*, 29 de abril de 2016, <http://fortune.com/2016/04/29/warren-buett-foreign-trade/> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
38. Veja, por exemplo, Jerrey Miron, "Forget the Wall Already, It's Time for the US to Have Open Borders", *Cato Institute Commentary*, 31 de julho de 2018, <https://www.cato.org/publications/commentary/forget-wall-already-its-time-us-have-open-borders> (acessado em 25 de fevereiro de 2023); Scott Lincicome e Alfredo Carrillo Obregon, "The (Updated) Case for Free Trade", *Cato Institute Policy Analysis* No. 925, 19 de abril de 2022, https://www.cato.org/sites/cato.org/files/2022-04/PA-925_2.pdf (acessado em 25 de fevereiro de 2023); Katheryn Russ, "Sim, os acordos comerciais dos EUA levaram a ganhos econômicos, especialmente em serviços, diz novo relatório", *Peterson Institute for International Economics, Trade and Investment Policy Watch Blog*, 20 de julho de 2021, <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/yes-us-trade-agreements-led-economic-gains-especially> (acessado em 25 de fevereiro de 2023); Monica de Bolle, "Por que os impostos sobre remessas para financiar um muro na fronteira são uma má ideia... para os EUA", *Peterson Institute for International Economics, Realtime Economics Blog*, 10 de janeiro de 2017, <https://www.piie.com/blogs/realtime-economic-issues-watch/why-remittance-taxes-finance-border-wall-are-bad-idea-us> (acessado em 25 de fevereiro de 2023).
39. Este é um tema-chave das memórias do autor sobre a Casa Branca, *Taking Back Trump's America: Why We Lost the White House and How We'll Win It Back* (Nova York e Nashville: Bombardier Books, 2022).
40. 19 USC § 1862, <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/19/1862> (acessado em 27 de fevereiro de 2023).
41. Para um exemplo histórico, veja Douglas A. Irwin, "Did Late-Nineteenth-Century US Tariffs Promote Infant Industries? Evidence from the Tinplate Industry," *Journal of Economic History*, Vol. 60, No. 2 (junho de 2000), pp. 336-360, <https://www.jstor.org/stable/2566374> (acessado em 21 de fevereiro de 2023). Para um exemplo recente, veja Gary Clyde Hufbauer e Euijin Jung, "The High Taxpayer Cost of 'Saving' US Jobs Through 'Made in America,'" *Peterson Institute for International Economics, Trade and Investment Policy Watch*, 5 de agosto de 2020, <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/high-taxpayer-cost-saving-us-jobs-through-made-america> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
42. Stephen J. Dubner, "Os americanos coloniais eram mais alfabetizados do que os americanos de hoje?" *Freakonomics*, 1 de setembro de 2011, <https://freakonomics.com/2011/09/were-colonial-americans-more-literate-than-americans-today/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).

Projeto de Transição Presidencial 2025

43. Randy E. Barnett e Andrew Koppelman, "A Cláusula do Comércio: Interpretação Comum", National Constitution Center, <https://constitutioncenter.org/the-constitution/articles/article-i/clauses/752> (acessado em 21 de fevereiro de 2023); Randy E. Barnett, "The Original Meaning of the Commerce Clause", *University of Chicago Law Review*, Vol. 68, No. 1 (2001), pp. 101–147, <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5074&context=uclrev> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
44. Wells King, "Rediscovering a Genuine American System", *American Compass*, *Rebooting the American System*, 4 de maio de 2020, <https://americancompass.org/rediscovering-a-genuine-american-system/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023). Veja também Phillip W. Magness e James R. Harrigan, "Henry Clay's 'American System' Is Bad News for the American Economy", *American Institute for Economic Research*, 8 de dezembro de 2022, <https://www.aier.org/article/henry-clays-american-system-is-bad-news-for-the-american-economy/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023), e Iain Murray, "The Founding Fathers and Free Trade", *Competitive Enterprise Institute*, *Open Market Blog*, 20 de setembro de 2022, <https://cei.org/blog/the-founding-fathers-and-free-trade/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
45. Douglas A. Irwin, *Choques sobre comércio: uma história da política comercial dos EUA* (Chicago: University of Chicago Press, 2018), págs. 147–154.
46. *Ibidem*, pág. 125.
47. Michael Urquhart, "A mudança do emprego para os serviços: de onde veio?" Departamento do Trabalho dos EUA, Bureau of Labor Statistics, *Monthly Labor Review*, Vol. 107, No. 4 (abril de 1984), p. 16, <https://stats.bls.gov/pub/mlr/1984/04/art2full.pdf> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
48. HR 10378, Lei da Marinha Mercante de 1920, Lei Pública 66-261, 66º Congresso, 5 de junho de 1920, <https://govtrack.us/s3.amazonaws.com/legislink/pdf/stat/41/STATUTE-41-Pg988.pdf> (acessado em 22 de fevereiro de 2023).
49. Tori K. Smith, "A prova está aí: Tarifas estão prejudicando os EUA", *Comentário da Heritage Foundation*, 27 de agosto de 2019, <https://www.heritage.org/trade/commentary/the-proof-tariffs-are-hurting-the-us>.
50. Congressional Budget Office, *The Budget and Economic Outlook: 2020 to 2030*, janeiro de 2020, p. 33, <https://www.cbo.gov/publication/56073> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
51. HR 11970, Lei de Expansão Comercial de 1962, Lei Pública nº 87-794, 87º Congresso, 11 de outubro de 1962, <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-76/pdf/STATUTE-76-Pg872.pdf> (acessado em 22 de fevereiro de 2023).
52. HR 10710, Lei de Comércio de 1974, Lei Pública nº 93-618, 93º Congresso, 3 de janeiro de 1975, <https://www.congress.gov/93/statute/STATUTE-88/STATUTE-88-Pg1978-2.pdf> (acessado em 22 de fevereiro de 2023).
53. Constituição dos EUA, Artigo I, Seção 8, <https://constitution.congress.gov/constitution/article-1/> (acessado em 22 de fevereiro de 2023).
54. Gary Clyde Hufbauer e Euijin Jung, "Os lucros do aço aumentam, mas os usuários do aço pagam, sob o protecionismo de Trump", Peterson Institute for International Economics, *Trade and Investment Policy Watch*, 20 de dezembro de 2018, <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/steel-profits-gain-steel-users-pay-under-trumps> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
55. Mary Amiti, Stephen J. Redding e David E. Weinstein, "Novas tarifas da China aumentam os custos para as famílias dos EUA", Federal Reserve Bank of Nova York, *Liberty Street Economics Blog*, 23 de maio de 2019, <https://libertystreeteconomics.newyorkfed.org/2019/05/new-china-tariffs-increase-costs-to-us-households/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
56. Federal Reserve Bank of St. Louis, Federal Reserve Economic Database (FRED), Série CLF16OV, "Civilian Labor Force Level", <https://fred.stlouisfed.org/series/CLF16OV> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
57. Stephen Morgan, "Tarifas retaliatórias reduziram as exportações de produtos agrícolas dos estados dos EUA", EUA Departamento de Agricultura, Serviço de Pesquisa Econômica, *Amber Waves*, 7 de março de 2022, <https://www.ers.usda.gov/amber-waves/2022/março/tariffs-retaliatory-reduced-agricultural-export-from-states/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
58. Aaron Flaaten e Justin Pierce, "Desembaraçando os efeitos das Tarifas de 2018–2019 em um setor de manufatura dos EUA conectado globalmente", Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal, *Série de Discussões sobre Finanças e Economia* nº 2019-086, 23 de dezembro de 2019, <https://www.federalreserve.gov/econres/feds/files/2019086pap.pdf> (acessado em 21 de fevereiro de 2023); Departamento de Trabalho dos EUA, Bureau of Labor Statistics, "Ferramentas de dados: Indústrias em resumo: Fabricação de metais primários: NAICS 331", dados extraídos em 17 de fevereiro de 2023, <https://www.bls.gov/iag/tgs/iag331.htm> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
59. Ryan Young, "Lições dos layos da GM: Acabar com as tarifas e os subsídios", *Fox Business*, 28 de novembro de 2016, 2018, <https://www.foxbusiness.com/markets/lessons-from-the-gm-layoffs-end-the-tariffs-and-the-subsidies> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).

Mandato para a liderança: a promessa conservadora

60. Irwin, *Clashing over Commerce*, pp. 400–410. Para um tratamento de Smoot–Hawley em tamanho de livro, veja Douglas A. Português Irwin, *Revendendo o protecionismo: Smoot–Hawley e a Grande Depressão*, (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011).
61. Kevin D. Williamson, *Big White Ghetto: Falido, Estúpido e Furioso no Dank Woolly Selvagens da “América Real”* (Washington: Regnery, 2020).
62. Stephen J. Hicks e Srikanth Devaraj, “O mito e a realidade da indústria na América”, Conexus Indiana e Ball State University Center for Business and Economic Research, junho de 2015 e abril de 2017, <https://conexus.cberdata.org/files/MfgReality.pdf> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
63. Economic News Release, “Job Openings and Labor Turnover Summary,” Departamento do Trabalho dos EUA, Bureau of Labor Statistics, 1 de fevereiro de 2023, <https://www.bls.gov/news.release/jolts.nr0.htm> (acessado em 21 de fevereiro de 2023). O release relata “Job Openings and Labor Turnover—December 2022.”
64. Allen H. Meltzer, *Uma História da Reserva Federal, Volume 1: 1913–1951* (Chicago: University of Chicago Press, Português 2004); Allen H. Meltzer, *Uma História do Federal Reserve, Volume 2, Livro 2, 1970–1986* (Chicago: University of Chicago Press, 2014).
- Português 65. John B. Taylor, *Getting O Track: Como as ações e intervenções governamentais causaram, prolongaram e pioraram a crise financeira* (Stanford, CA: Hoover Institution Press, 2009); Scott Sumner, *The Money Illusion: Market Monetarism, the Great Recession, and the Future of Monetary Policy* (Chicago: University of Chicago Press, 2021), pp. 267–284.
66. Federal Reserve Bank of St. Louis, Federal Reserve Economic Database (FRED), Série Taxa de Desemprego (UNRATE), atualizado em 3 de fevereiro de 2023, <https://fred.stlouisfed.org/series/UNRATE> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
67. Ryan Young, “Como garantir que as regulamentações reformadas #NeverNeeded permaneçam assim”, Competitive Enterprise Institute, Open Market Blog, 8 de julho de 2020, <https://cei.org/studies/how-to-make-sure-reformed-neverneeded-regulations-stay-that-way/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
68. HR 8351, Lei de Fórmula, Lei Pública nº 117-160, 117º Congresso, 21 de julho de 2022, <https://www.congress.gov/117/plaws/publ160/PLAW-117publ160.pdf> (acessado em 22 de fevereiro de 2023).
69. Iain Murray, “A New Kind of Trade Agreement”, Competitive Enterprise Institute, Open Market Blog, 19 de setembro de 2018, https://cei.org/opeds_articles/a-new-kind-of-trade-agreement/ (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
70. Ver nota 8, *supra*.
71. Mario Loyola, “America Last: The Grim Reality of the Jones Act”, Competitive Enterprise Institute *Issue Analysis* 2020 No. 5, junho de 2020, https://cei.org/sites/default/files/Mario_Loyola_-_America_Last.pdf (acessado em 21 de fevereiro de 2023); Patrick Tyrell, “A revogação permanente da Lei Jones seria uma resposta vencedora à COVID-19”, Heritage Foundation *Commentary*, 7 de abril de 2020, <https://www.heritage.org/trade/comentário/revogação-permanente-da-lei-jones-seria-uma-resposta-vencedora-à-covid-19>.
72. Bryan Riley, “Melhores políticas comerciais e regulatórias são essenciais para combater os preços altos”, National Taxpayers Union Blog, 12 de janeiro de 2023, <https://www.ntu.org/publications/detail/better-trade-and-regulatory-policies-are-key-to-battling-high-prices> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
73. Daniel Ikenson, Simon Lester e Daniel Hannan, eds., “O acordo de livre comércio ideal entre os EUA e o Reino Unido: um Perspectiva do Livre Comércio”, Iniciativa para o Livre Comércio e Cato Institute, 2018, <https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/ideal-us-uk-free-trade-agreement-executive-summary-update.pdf> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
74. John Hulsman, “O mundo virado para o lado certo: uma nova agenda comercial para a era da globalização”, Relatório da Heritage Foundation, 24 de janeiro de 2000, <https://www.heritage.org/trade/report/the-world-turned-right-side-new-trading-agenda-the-age-globalization>.
75. Diane Katz, “Export–Import Bank: Propaganda Versus the Facts”, Heritage Foundation *Issue Brief* No. 4430, 13 de julho de 2015, http://thf_media.s3.amazonaws.com/2015/pdf/IB4430.pdf; Ryan Young, “Ten Reasons to Abolish the Export–Import Bank: Eighty Years Is Enough”, Competitive Enterprise Institute *OnPoint* No. 195, 15 de julho de 2014, <http://cei.org/sites/default/files/Ryan%20Young%20-%20Top%2010%20Reasons%20to%20Abolish%20Ex-Im%20-%282%29.pdf> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
76. Veronique de Rugy, “A Boeing não está exatamente satisfeita com a liquidação da Ex-Im”, *National Review Online*, The Corner, 1 de setembro de 2015, <https://www.nationalreview.com/corner/ex-im-bank-boeing-liquidation/> (acessado em 21 de fevereiro de 2023).

Projeto de Transição Presidencial 2025

77. Luis Martinez, "Quanto devemos confiar nas estimativas de crescimento do PIB do ditador?" Becker–Friedman Institute for Economics da Universidade de Chicago, *Working Paper* No. 2021-78, julho de 2021, https://bfi.uchicago.edu/wp-content/uploads/2021/07/BFI_WP_2021-78.pdf (acessado em 21 de fevereiro de 2023).
78. Nicholas R. Lardy, *O Estado Contra-Ataca: O Fim da Reforma Económica na China?* (Washington: Peterson Instituto de Economia Internacional, 2019); Elizabeth C. Economia, *A Terceira Revolução: Xi Jinping e o Novo Estado Chinês* (Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2018).